



UMAR – Porto
R. Formosa, 433, 3º
4000-253 Porto
Tel./Fax 22 201 03 26 / email: iman_umar@mail.pt

INTERVENÇÃO MULHERES AUTÓNOMAS NORTE

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL



GOVERNO
DA REPÚBLICA
PORTUGUESA



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(POEFDS)



COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

INTERVENÇÃO MULHERES AUTÓNOMAS NORTE

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL

UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta

Setembro de 2005



ÍNDICE

1. Enquadramento e Objectivos do Projecto:	5
a. Área Temática	5
b. Estratégia	6
2. Avaliação da execução face aos objectivos programados	7
"Programa de Prevenção da Violência e Promoção de Relações Saudáveis"	12
Jardins de Infância	15
4º ano	15
7º ano	16
8º ano	16
9º ano	17
• 24 e 25 de Novembro – Comemoração do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência contra as Mulheres junto de um grupo de alunas do Curso de Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade da Escola EB2,3 de Leça do Balio	18
Descrição das actividades:	19
• 10 de Dezembro - Debate “Direitos Humanos e Violência”	19
• 7 de Janeiro de 2005 - Escola Profissional de Vouzela – Viseu	20
• 31 de Março, 2005 / 4 e 6 de Abril de 2005- Universidade Católica	21
• Trabalho de Sensibilização com docentes do Agrupamento Escolar de Baguim do Monte	25
• Dia 6 de Março, 2004 – Sede do Partido Socialista de Leça do Balio	27
• 7 de Setembro, 2004 – Centro Comunitário de Ponte de Anta (Cerci-Espinho)	28
• 25 de Novembro, 2004 – Comemoração do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência contra as Mulheres	30
• 26 de Janeiro, 2005 - CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	31
• 28 de Abril, 2005 - Debate na FNAC: “A Violência contra as mulheres na agenda política”	31
• 14 de Julho, 2005 - Centro Comunitário de Ponte de Anta (Cerci-Espinho)	32
3. Avaliação da execução temporal (Cronograma das acções previstas e das acções realizadas)	33
4. Caracterização sócio-económica das áreas geográficas de intervenção do projecto	34
4.1. Caracterização do problema social da violência doméstica	34
4.2. A violência doméstica e o trabalho	38
4.3. Violência doméstica e condições sociais (Porto, Área Metropolitana do Porto, zona Norte)	39
5. Público-alvo do Projecto	47
5. 1 Mulheres Vítimas de Violência doméstica	47
a) Pedido	47
b) Caracterização das utentes	49
c) Caracterização da Violência Doméstica	55
5. 2. Crianças e Jovens	56
5. 3. Profissionais	56
5.4 Público em Geral	56
6. Parcerias do Projecto	57
7. Número de postos de trabalhos criados	61
8. Avaliação dos recursos face aos resultados	62
9. Conclusões	63

1. ENQUADRAMENTO E OBJECTIVOS DO PROJECTO:

O Projecto IMA/N – “Intervenção para Mulheres Autónomas / Norte”, da UMAR – “União de Mulheres Alternativa e Resposta” foi um Projecto financiado pela Medida 4.4. Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, no âmbito da Tipologia 4.4.3.1. “Sistema de Apoios Técnicos e Financeiros às Organizações Não Governamentais (ONG)”, através da Pequena Subvenção gerida pela CIDM.

A Pequena Subvenção constituiu-se como uma medida crucial de desenvolvimento do trabalho da UMAR, no Porto e na Guarda, através do seu Projecto IMA/N. Esta medida permitiu, pelo apoio financeiro e técnico, a consolidação do trabalho que a UMAR – Porto desenvolvia no âmbito da violência doméstica. Constituiu uma possibilidade de alargar a nossa capacidade de intervenção técnica, melhorando significativamente a concretização do principal objectivo que consiste no combate à violência doméstica no Distrito do Porto, Área Metropolitana do Porto e Zona Norte, através do apoio, acompanhamento e encaminhamento de vítimas de violência doméstica, no sentido mais abrangente da promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na sociedade.

a. Área Temática

A Área Temática de intervenção do Projecto IMA/N-UMAR foi a violência doméstica, inserida numa das áreas prioritárias definidas pelo “Regulamento da Pequena Subvenção” como “violência na família ou no local de trabalho”, mais especificamente no atendimento, apoio, acompanhamento e encaminhamento de vítimas e suas famílias, na sensibilização de públicos específicos e do público em geral para a prevenção da violência, assim como da realização de um estudo de jurisprudência, estudo este que constitui uma inovação nesta área de intervenção.

b. Estratégia

Tendo em conta a Área Temática, a intervenção foi concretizada através da articulação de diversas estratégias, a saber:

1. Informação e Sensibilização para a promoção da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (IS) atravessou as actividades do IMA/N-UMAR, quer nas acções de sensibilização ao público em geral e a públicos específicos, quer nas actividades de prevenção da violência, quer ainda no trabalho de apoio à vítima, na medida em que se caracterizou por uma abordagem da abrangência da problemática da violência doméstica no contexto das relações de género e da desconstrução de estereótipos de género, como se poderá observar nos pontos subsequentes deste relatório.
2. Intervenção Comunitária e Desenvolvimento para a promoção da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (ICD) constituíram igualmente uma estratégia privilegiada, na medida em que o apoio à vítima se realizou em articulação estreita com as famílias e contextos sociais de vida das vítimas, assim como com os parceiros, sendo que as actividades de prevenção se integraram em dinâmicas escolares e associativas presentes nas comunidades da nossa intervenção.
3. Consolidação e Descentralização Territorial para a Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (CDT) consistiu também numa estratégia privilegiada, ao nível do apoio à vítima, quer pelo facto de se ter realizado no Porto Distrito e Área Metropolitana, assim como na Guarda, mas igualmente porque alargámos a intervenção a áreas distintas da Zona Norte, como pode ser constatado pelos resultados aqui apresentados; também as acções de sensibilização e as actividades de prevenção se realizaram em zonas geográficas descentralizadas, abarcando uma área bastante alargada; mais ainda, a divulgação através de seminários, conferências, debates, artigos na comunicação social, do Projecto alargou-se a toda a Região Norte e a nível nacional.

2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FACE AOS OBJECTIVOS PROGRAMADOS

Constituíram objectivos programados do Projecto IMAN, os seguintes:

(i). Criar condições para que mulheres vítimas de violência doméstica elaborem um projecto de vida que contribua para a sua maior autonomia e defesa dos seus direitos enquanto mulheres e cidadãs;

(ii). Alcançar uma mudança de atitudes face à problemática da violência de género;

(iii). Conhecer a aplicação da lei no campo da violência doméstica e da violência contra as mulheres, estudando a jurisprudência neste campo (elaboração do estudo);

(iv). Dotar de informação as instituições públicas e outras entidades que trabalham na área da violência (escolas, centros de saúde, órgãos autárquicos, etc.), assim como o público em geral;

(i.) No que concerne ao atendimento directo à vítima, as expectativas foram largamente ultrapassadas, não só pelo número de primeiros atendimentos realizados (204), mas sobretudo pelo seu desdobramento em múltiplos atendimentos de acompanhamento pelas diferentes valências de apoio.

O *acompanhamento jurídico* constituiu a principal fonte de procura da maioria das mulheres que se dirigiram ao Centro de Atendimento.

Foram realizados inúmeros atendimentos ao universo total de 66 utentes que passaram pelo atendimento jurídico e ficaram em acompanhamento. Inúmeros foram também os atendimentos pontuais que apesar de configurarem situações de violência doméstica não permaneceram em acompanhamento por diversos motivos, abandono do recurso ao Centro de Atendimento (vários foram os casos em que as

utentes regressaram algum tempo depois).

Em média, cada uma das utentes representa em termos jurídicos um número mínimo de 3 a 4 processos judiciais, processo-crime (variável consoante o número de queixas apresentadas junto das competentes autoridades judiciais), processo de divórcio, processo de regulação de poder paternal, processos executivos (casa de morada de família adquirida com recurso a crédito, em situação de incumprimento), processo de partilha de bens. Outros foram os processos que surgiram ainda no âmbito das utentes do Centro de Atendimento, classificadas como vítimas de violência doméstica, nomeadamente situações de acções de alimentos a cônjuge, acções de interdição, acções de atribuição de casa morada família, etc.

No final do Projecto IMAN, encontram-se em acompanhamento pela vertente jurídica 66 mulheres, num cômputo aproximado de 198 processos judiciais em curso.

A todas as utentes foi prestado auxílio no recurso ao Instituto do Apoio Judiciário, ainda que após a alteração do regime deste Instituto em Setembro de 2004, não mais tenha sido possível, por violar as regras de nomeação de Patrono Oficioso da Ordem dos Advogados, serem os processos patrocinados pelas(os) juristas e advogadas(os) do Centro de Atendimento. Tal auxílio revestia a informação de existência do Instituto, o seu funcionamento, indicação e recolha de todos elementos e documentos necessários à instrução do processo administrativo do pedido de concessão do benefício do apoio judiciário, bem como da nomeação de advogada (o) oficiosa(o), a ser apresentado junto dos Serviços do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, o próprio preenchimento e envio dos requerimentos, bem como a recepção e tratamento de todos os incidentes que eventualmente surgiram no decorrer do processo.

De acordo com as novas regras do Instituto do Apoio Judiciário, após competente despacho de deferimento do ISSS e nomeação de Advogado Oficioso pela Ordem dos Advogados, estabeleceram-se contactos prévios ao agendamento da primeira reunião com as utentes de forma a colocar à disposição a colaboração dos juristas do Centro de Atendimento e proceder à sensibilização das(os) técnicas(os) (Advogada(os) nomeadas(os) para as questões em causa e particular sensibilidade das questões a serem tratadas nos contactos a estabelecer com as

mesmas.

Em algumas situações, as(os) Advogadas(os) nomeadas(os) contactaram o Centro de Atendimento, solicitando auxílio, chegando mesmo a visitar as suas instalações para reunirem com os juristas do Projecto IMAN.

Dos processos judiciais iniciados e promovidos no período de duração do Projecto IMAN, foram arquivados 7 processos-crime de ofensas corporais simples (por falta de indícios) e 1 de maus-tratos (utente não formalizou queixa no prazo legal voluntariamente), encontram-se já findos 6 processos de regulação de poder paternal, bem como em fase de audiência e julgamento até ao final do ano 6 processos de divórcio litigioso, apenas 1 processo-crime de ofensas à integridade simples foi julgado com condenação à revelia, e fora da Comarca do Porto (Comarca da Maia), todos os outros se encontram ainda em fase de inquérito ou instrução.

Vários outros processos foram acompanhados pelos juristas do projecto, apesar de impedidos de intervir, nomeadamente promovendo junto dos Tribunais de Família a intervenção do Ministério Público por forma a acelerar os processos de regulação de poder paternal (independentemente da concessão ou não de apoio judiciário), encaminhando e elucidando as utentes do procedimento a adoptar, junto da Comissão de Protecção de Menores do Porto (processos já em curso), etc.

O *acompanhamento psicológico* teve, ao longo do Projecto IMAN, os seguintes objectivos: proporcionar um espaço relacional que funcionasse como catalizador de movimentos reparadores e re-estruturação pessoal para a utente; permitir que a utente experienciasse uma relação de continuidade, de forma a possibilitar a transformação interna no sentido da criação de um novo modelo relacional (não violento) de identificação; apoiar no processo de re-estruturação da vida pessoal da utente em termos das exigências concretas que o quotidiano impõe e encontrar, junto da mulher, soluções alternativas para os problemas do dia-a-dia. Foi solicitado por 66 mulheres, na globalidade dos 204 primeiros atendimentos.

Ao âmbito do acompanhamento psicológico foram também realizados encaminhamentos para terapia de casal e psicoterapia, nas situações que requeriam um apoio mais sistemático para além da problemática concreta da Violência doméstica.

O *acompanhamento social* foi solicitado com elevada expressividade pelas mulheres que se dirigiram ao Centro de Atendimento. Já que o IMAN não possuía recursos, ao nível do financiamento, para disponibilizar o apoio social necessário, vários contactos foram estabelecidos com as entidades de apoio locais. Entre estas destacam-se os serviços da Segurança social, ao nível da acção social local. As técnicas de atendimento elaboravam relatórios sociais com a descrição do agregado, contextualização da violência e pedido e parecer técnico, que eram posteriormente direccionados às diferentes entidades. O Projecto IMAN funcionou, assim, como entidade despoletadora de um processo de autonomia, ao nível do apoio social em áreas como Rendimento Social de Inserção, apoio ao arrendamento e outras verbas da acção social (medicação, ...). A seguir a esta primeira sinalização, as utentes eram atendidas nos serviços locais, sendo o processo subsequente sempre acompanhado pelas técnicas do IMAN, num plano de parceria e interpenetração constante.

Para além dos serviços da Segurança Social, as mulheres foram também encaminhadas para a Assistência Médica Internacional (AMI) - Centro Porta-Amiga, para apoio ao nível da alimentação e outros bens (roupa, medicamentos,...). Através da colaboração de uma voluntária do Projecto IMAN, quinzenalmente, era colocado à disposição das utentes, um atendimento ao nível da reinserção no trabalho, com os seguintes objectivos: avaliação de necessidades de empregabilidade, a preparação das mulheres para a realização de um curriculum vitae e entrevista, e em última instância a reinserção profissional das mulheres que nos procuram em situação de desemprego.

Nas situações em que a utente recorreu ao Centro de Atendimento em situação de emergência/risco, ou seja toda e qualquer situação em que a mulher tenha abandonado a sua casa para se proteger, tenha sido expulsa pelo seu marido/companheiro ou se encontrasse em situação de desprotecção, constituía função da equipa o encaminhamento para acolhimento de emergência, através do contacto com a Linha Nacional de Emergência Social – 144. Estas mulheres eram colocadas em pensão, suportada financeiramente pela LNES, até acolhimento em equipamento mais adequado, nomeadamente Casa-Abrigo. Este seguimento era realizado pela equipa, que direccionava o pedido de integração para os referidos

equipamentos e que continuava a acompanhar a mulher até, e após, a sua entrada na Casa-Abrigo. Muitas tarefas da equipa nestes casos consistiam em: elaborar os pedidos de integração em Casa-Abrigo, conduzir a utente e seus filhos até estas estruturas e posterior acompanhamento, através de contacto telefónico e solicitação de auxílio por parte das Casas.

O acompanhamento da vítima ao hospital, apresentação de queixa/denúncia na entidade competente e retirada dos pertences pessoais da vítima de casa, em articulação com as entidades e autoridades policiais eram ainda tarefas ao nível da intervenção em crise.

Os *instrumentos de trabalho*¹ utilizados sustentaram as lógicas de apoio, atendimento e acolhimento que estiveram presentes ao longo do Projecto IMAN. A “Ficha de atendimento” permite uma adequada sistematização da informação, sendo assim um bom auxiliar de diagnóstico nomeadamente em relação ao risco de vida, e contém igualmente alguns indicadores que podem ser utilizados para futuras investigações. Os restantes instrumentos: formulário de ocorrências e formulários de ocorrências por valência (jurídico, psicológico e social) comportam as diligências efectuadas no âmbito do acompanhamento globalizante à mulher no seu processo de reconstrução pessoal.

A objectividade no trabalho com mulheres vítimas de violência implica o intercâmbio das informações de cada área, a discussão entre elas. Daí que a equipa reunisse semanalmente para a discussão dos casos e definição de um plano de intervenção para cada utente, adequado às suas expectativas e necessidades (ver “Formulário de reuniões de casos”).

Importa salientar que, independentemente da proposta da equipa houve preocupação de transmitir à mulher que ela é autónoma nas suas decisões, sendo estas sempre respeitadas pela equipa. O acompanhamento da mulher é avaliado pela própria, versado no “Inquérito de Avaliação do atendimento”.

(ii). Para a concretização deste objectivo, muito contribuiu a intervenção junto do público-alvo crianças e jovens que visou, por um lado, a aplicação em contexto escolar de um programa de prevenção primária da violência doméstica, e por outro,

¹ Ver anexo.

a realização de sessões de sensibilização em torno desta temática, partindo estas da solicitação das próprias escolas. Segue-se uma descrição sumária das acções levadas a cabo com esta população, assim como, algumas reflexões daí resultantes.

"Programa de Prevenção da Violência e Promoção de Relações Saudáveis"²

A Violência doméstica é, como sabemos, um fenómeno de grande complexidade que assume actualmente em Portugal uma dimensão considerada significativa, apesar dos múltiplos entraves à obtenção de uma estimativa fiável. Assim, podemos dizer que um plano real e eficaz de combate a este fenómeno passa, não só pela assunção de medidas remediativas, mas também por acções preventivas concertadas e continuadas no tempo.

Neste sentido, o Projecto IMAN tinha, tal como foi referido previamente, a finalidade de desenvolver e implementar um Programa de Prevenção da Violência junto de crianças e jovens.

Para além da apresentação detalhada das sessões (incluindo objectivos, material e instruções), urge a necessidade de incluir também uma reflexão acerca deste Programa, seus constrangimentos e sucessos.

A primeira consideração refere-se ao contexto em que o Agrupamento escolar em questão está inserido, uma vez que na freguesia de Baguim do Monte a problemática da "Violência Doméstica", a "existência de crianças em risco" ou a "falta de projectos de vida" são alguns dos problemas enunciados nos relatórios da Rede Social de Gondomar e que, de alguma forma, justificam e legitimam esta intervenção.

Este Programa, tal como qualquer programa preventivo, caracteriza-se por um plano de actividades intencionalmente organizadas com vista à obtenção de um determinado objectivo, que neste caso se prende com a intenção de diminuir ou anular os considerados factores de risco, incrementando simultaneamente factores protectores. No entanto, a organização e planeamento *a priori* não invalidam a necessidade de flexibilizar e adaptar cada sessão à sessão seguinte. Assim, foi essencial uma reflexão constante para que cada actividade estivesse ajustada ao nível de desenvolvimento das turmas. Tanto as idades como a maturidade intelectual e emocional foram também tidas em conta, de forma a que as(os)

² Ver anexo.

alunas(os) pudessem, no final do programa, atingir níveis desenvolvimentais superiores àquele em que se encontravam no início deste.

As diversas actividades propostas continham também um carácter dinâmico, incrementando a participação activa das alunas(os), colocando-os por diversas vezes como autoras(es) da sua própria mudança. Optámos, assim, por utilizar materiais visualmente atractivos a fim de incentivar a manipulação e participação activa dos alunos em cada uma das actividades propostas. As metodologias adoptadas foram diversas, sendo no entanto de observar que a alternância entre trabalhos realizados individualmente e em grupo foi extremamente eficaz, uma vez que permitiu tanto o desenvolvimento de cada um dos alunos, respeitando a sua idiossincrasia e ritmo de aprendizagem, como a promoção de momentos de dissonância cognitiva que tanto caracteriza os trabalhos de grupo. O facto de diferentes alunas(os) se situarem em diferentes níveis de aprendizagem só constitui um incentivo à passagem para níveis superiores de desenvolvimento, tal como refere Vygotsky (1978, *in* Pereira, 1998). A interacção, com pares e com um adulto, potenciou experiências nas “zonas de desenvolvimento próximo”, uma vez que ao longo dos diversos programas implementados, as actividades constituíam desafios que invocavam funções mentais superiores.

As turmas demonstraram-se extremamente colaborantes e interessadas, ao longo de todas as sessões, intervindo de forma adequada e pertinente. As questões colocadas pelas(os) jovens revelaram uma reflexão aprofundada acerca dos diversos temas abordados, bem como uma grande motivação em ver esclarecidas certas dúvidas que naturalmente iam surgindo. Ainda assim, como é facilmente justificável, os níveis de reflexão variaram de turma para turma, também de acordo com o ano escolar.

Ao nível do 3º ciclo foi, no entanto, evidente um maior interesse das(os) jovens por determinados temas (“O Namoro” por exemplo), possivelmente por se tratarem de realidades que lhes são próximas, e que fazem parte do seu quotidiano.

Relativamente a questões mais concretas como o número, a duração ou a periodicidade das sessões, podemos dizer que o facto de estas ocorrerem quinzenalmente tem algumas desvantagens pois, por exemplo, no caso de uma actividade ficar inacabada tornava-se mais difícil de posteriormente as(os) alunas(os) relembrares o seu conteúdo. No entanto, este espaçamento temporal

permitia que cada sessão fosse devidamente ajustada e adaptada à anterior, nomeadamente no que concerne à elaboração de material didáctico.

No global, os programas eram constituídos por 15 sessões, com a duração de 45 minutos cada, sendo que o ideal seria aulas de 60/90 minutos, pois tal como já foi referido anteriormente, esta limitação na duração da sessão fazia com que nem sempre fosse possível realizar a totalidade das actividades programadas *a priori*. Uma das medidas adoptadas ao longo de todos os programas foi no início de cada sessão procurar que as (os) alunas(os) recordassem quais os temas e actividades da sessão anterior, medida esta que contribuiu em larga escala para que a aquisição de informação não ocorresse de forma desestruturada, mas sim de forma coerente e integrada.

No final dos programas foi proposto às diferentes turmas que desenvolvessem trabalhos de grupo acerca de um ou mais temas explorados ao longo das sessões, com o intuito de promover a consolidação das aprendizagens feitas e a reflexão conjunta acerca das diversas temáticas. Os trabalhos apresentados demonstraram grande comprometimento e confirmaram a real mudança nos pensamentos e comportamentos que esperamos se reflectam num futuro sem violência.

Gostaríamos ainda de referir que estas sessões constituíram não só um espaço de desenvolvimento e aprendizagem, mas também um espaço exclusivamente dedicado às(aos) alunas(os), no qual eles sentiam à vontade para colocar questões, dúvidas ou até mesmo partilhar alguma situação pessoal, dirigindo-se individualmente à respectiva dinamizadora no final das sessões.

A opção de implementar estes programas de prevenção neste agrupamento escolar mostrou-se bastante eficaz, pois este é um meio privilegiado que nos “permite chegar a diferentes populações e favorece também a identificação e acção em determinadas sub-populações em risco” (Moreira, 2001). Não obstante, torna-se igualmente urgente intervir congruente e simultaneamente nos restantes contextos de vida destes jovens, de forma a espriar os efeitos positivos da acção em contexto escolar.

A oportunidade de desenvolver e implementar o Programa de Prevenção da Violência e Promoção de Relações Saudáveis foi certamente um desafio extremamente gratificante, do qual só poderão ficar ensinamentos úteis para a solidificação de uma política de prevenção, que esperamos que seja consolidada em

breve.

Segue-se uma breve descrição da aplicação do "Programa de Prevenção da Violência e Promoção de Relações Saudáveis"

Jardins de Infância

Tema das Sessões
Leitura da história e visionamento de excertos do filme "A Bela e o Monstro"
Visionamento e debate em diálogo de algumas cenas do filme
Desenho em papel de cenário, sobre temas do filme e da violência. Criação de frases em torno do tema
Entrevistas individuais aos/às alunos/as acerca das suas visões da violência

4º ano

Tema das Sessões
Apresentação, diálogo e elaboração de cartaz sobre os Direitos Humanos
Continuação do tema anterior, especificando os direitos das crianças: realização do jogo popularmente designado "cocas"
Dramatização sobre cenas de violência e respectiva resolução do conflito, com diálogo de reflexão posterior
Banda Desenhada sobre cenas de violência
Teatro de fantoches. Sessão inicial de introdução ao "fantoche" e construção de um fantoche por cada criança.
Elaboração da personagem e da história e posterior representação com os fantoches

Representação da dramatização com os fantoches e debate acerca da actividade realizada:
Dinâmica de grupo “O abrigo nuclear”.

7º ano

Tema das Sessões
A apresentação e o Estar em Grupo
Os Direitos Humanos
A violência contra a mulher
A violência doméstica
O jogo da Glória
Estereótipos de Género/Pressão social
O Namoro (relações saudáveis, a importância de dizer não)
Comportamentos de risco (Gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos)
Recursos existentes na comunidade
Consolidação da aprendizagem (trabalhos realizados pelos alunos)/Reflexão final/Balanço

8º ano

Tema das Sessões
A apresentação e o Estar em Grupo
Os Direitos Humanos

A violência contra a mulher
A violência doméstica
Power-Point sobre Violência Doméstica
Estereótipos de Género/Pressão social
Comportamentos de risco (Gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos)
Recursos existentes na comunidade
Educação sexual (dinamizada por uma Enfermeira Especialista nesta área)
Consolidação da aprendizagem (trabalhos realizados pelos alunos)/Reflexão final/Balanço

9º ano

Tema das Sessões
A apresentação e o Estar em Grupo
Definição de Violência
O que é a Violência Doméstica
Tipologia da violência
Mitos e Factos acerca da Violência Doméstica
Estereótipos de Género

Estereótipos de Género (finalização)
Pressão Social
Definir Relações Saudáveis
Assertividade
O Namoro
O Namoro (finalização) Consolidação da Aprendizagem (trabalhos realizados pelos alunos)
Consolidação da Aprendizagem (finalização)
Reflexão Final/ Balanço Os Recursos existentes na Comunidade

• 24 e 25 de Novembro – Comemoração do *Dia Internacional Pela Eliminação da Violência contra as Mulheres* junto de um grupo de alunas do Curso de Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade da Escola EB2,3 de Leça do Balio.

As alunas do curso de Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade da Escola EB2,3 de Leça do Balio promoveram uma acção de sensibilização contra a violência doméstica nos dias 24 e 25 de Novembro, sob o lema “Quem nos agride não nos ama, por isso denuncia”. Esta acção foi coadjuvada por uma técnica voluntária da UMAR, em colaboração com o Projecto IMAN.

Nessa campanha, toda a comunidade escolar foi alertada para o problema da violência contra as mulheres através de uma exposição, distribuição de panfletos, esclarecimento dos alunos, elaboração e distribuição de marcadores de página.

Este tema foi abordado nas aulas de Formação para a Cidadania. Da campanha constou a divulgação de alguma informação básica sobre Direitos Humanos e Violência Doméstica, alertou-se para alguns mitos, assim como para a experiência emocional vivida pelas mulheres vítimas de violência, informando ainda sobre contactos e linhas de apoio disponíveis.

Descrição das actividades:

N.º da sessão	Data	Conteúdos
1ª Sessão	27-10-2004	Definição das actividades a desenvolver para o dia 25 de Novembro: Desdobrável Marcadores de Páginas Exposição Acção de Sensibilização junto de todas as turmas nos dias 24 e 25 de Novembro Distribuição de tarefas pelos diferentes grupos
2ª Sessão	28-10-2004	Pesquisa
3ª Sessão	03-11-2004	Pesquisa
4ª Sessão	04-11-2004	Construção dos panfletos
5ª Sessão	10-11-2004	Construção dos marcadores de página
6ª Sessão	11-11-2004	Impressão e dobragem dos panfletos. Preparação da intervenção nas turmas
7ª Sessão	17-11-2004	Preparação da exposição
8ª Sessão	18-11-2004	Montagem da exposição
9ª Sessão	24-11-2004	Distribuição de panfletos e marcadores de página. Acções de sensibilização junto de toda a comunidade escolar. Elaboração de um artigo para o Jornal da Escola "Folhas de Leça do Balio"
10ª Sessão	25-11-2004	Distribuição de panfletos e marcadores de página. Acções de sensibilização junto de toda a comunidade escolar.

• 10 de Dezembro - Debate "Direitos Humanos e Violência"³

³ Referência na Acta de Conselho Pedagógico do Agrupamento Vertical de Escolas de Baguim do Monte, de Dezembro de 2004.

O desenrolar do Debate denominado “Direitos Humanos e Violência” teve lugar na Comunidade Educativa do Agrupamento EB 2,3 DE Baguim do Monte. Estiveram presentes:

1. Deputadas e representantes de partidos: Manuela da Melo (PS); Alzira Vieira (PSD); Paula Sequeiros (BE); Silvestrina Silva (PCP);
2. Representantes institucionais: Câmara de Gondomar (Helena Loureiro); EB”2,3 Baguim (Presidente do Conselho Executivo);
3. Representantes de ONGs: Maria José Magalhães (UMAR); Celina Santos (AJP); António Monteiro (Olho Vivo).

No desenvolvimento do debate foram abordados os seguintes aspectos: o 8º G apresentou o power point realizado acerca do tema da Violência Doméstica; apresentação do Programa de Prevenção da Violência e Promoção de Relações Saudáveis; cada orador/a fez a sua intervenção sobre a temática, iniciando pelas deputadas, passando pelas representantes dos partidos e seguindo para as/o representantes das Organizações Não Governamentais.

O debate foi muito participado e o pavilhão estava completamente cheio. As alunas/os levantaram muitas questões que foram respondidas pelas/os oradoras/es. Colocaram algumas questões sobre a posição dos partidos face a algumas problemáticas de interesse para adolescentes e jovens. No final, todas/os manifestaram importância de realizar mais debates deste tipo.

• 7 de Janeiro de 2005 - Escola Profissional de Vouzela – Viseu⁴

A Escola Profissional de Vouzela solicitou a presença do Projecto IMAN num debate inserido da 7ª Edição do Hemiciclo Jogo da Cidadania sobre a Violência doméstica, promovida pelo Instituto Português da Juventude. Este debate foi organizado pelos próprios alunos com a colaboração do conselho executivo e intitulou-se "Violência Doméstica - Medidas de combate e prevenção".

O Projecto IMAN faz uma intervenção denominada pelas(os) alunas(os) "A Violência doméstica em Portugal". Esteve ainda presente uma representante da

⁴ Ver anexo

Câmara Municipal de Vouzela com a comunicação intitulada "Breve abordagem aos problemas da Violência doméstica na nossa região", dando-nos a conhecer a experiência da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Um aluno, em representação de um grupo de trabalho para o Homicídio, levantou questões aos participantes no debate.

De ressaltar a elevada adesão dos jovens, tendo em conta que toda a comunidade escolar esteve envolvida. Cerca de 200 alunos, juntamente com os professores assistiram e realizaram o debate no Cine-Teatro João Ribeiro em Vouzela.

No âmbito da disciplina de geografia e sob o tema " O papel da mulher na sociedade de hoje", duas turmas do 9º ano de escolaridade do Externato Ribadouro efectuaram um pedido ao Centro de Atendimento, no sentido, de serem esclarecidas as suas dúvidas relativamente ao tema " Violência Doméstica".

Pretendia-se com esta acção de sensibilização a consciencialização dos jovens para a problemática da violência doméstica através da exposição e discussão da informação. Foi igualmente nossa intenção suscitar a participação activa dos jovens, de forma, a enriquecer e dar sentido a esta acção.

A equipa optou por realizar uma projecção de diapositivos sobre o tema, dando ênfase aos seguintes domínios: definição de violência doméstica, sua tipologia e consequências, mitos associados e sua desconstrução, ciclo da violência, razões para a permanência da mulher na relação abusiva, violência doméstica enquanto crime.

A sessão revelou-se bastante dinâmica e enriquecedora, pois pudemos contar com a participação quer dos alunos quer dos professores presentes. Foram colocadas várias questões e partilhadas experiências que em muito contribuíram para o sucesso desta acção.

• 31 de Março, 2005 / 4 e 6 de Abril de 2005- Universidade Católica

A pedido de uma docente da Universidade Católica, o Centro de Atendimento realizou 4 sessões de sensibilização, todas elas subordinadas ao tema da Violência Doméstica.

Duas das turmas, às quais foram dirigidas as sessões, pertenciam a Cursos de Aprendizagem (que decorrem nas instalações desta Universidade) respectivamente ao 10º ano de escolaridade; as duas restantes turmas frequentavam o 11º ano de escolaridade do Ensino Regular.

Através destas sessões pretendia-se a consciencialização dos jovens para esta problemática, promovendo simultaneamente a aquisição de conhecimentos. Assim sendo, os temas abordados (à semelhança de sessões de sensibilização precedentes) foram: Definição de Violência Doméstica; tipologia associada; Ciclo da violência; violência doméstica enquanto Crime Público; Queixa/denúncia; razão que levam a mulher a permanecer na relação abusiva; mitos erróneos acerca da violência, e recursos existentes na comunidade bem como o tipo de apoio prestado por estes.

No início de cada uma das sessões procedia-se a uma breve apresentação da UMAR, e do projecto IMAN, seus objectivos e âmbitos de intervenção. De uma forma geral, os alunos mostraram-se motivados, participando activamente nos debates lançados. O seu interesse pela temática da Violência Doméstica tornou-se também evidente através das questões por eles colocadas

(iii). Foi atribuição dos Juristas da equipa, a realização de um estudo que versou a aplicação concreta da lei vigente em matéria de violência doméstica no âmbito dos Tribunais Criminais da Comarca do Porto, apoiado em jurisprudência de primeira instância penal.

A sua execução obedeceu ao plano inicialmente definido, tendo-se tornado imperativo por dificuldades logísticas a redução do período de levantamento e recolha de dados por impossibilidade de consultar os arquivos dos Juízos Criminais do Porto por um período de 6 meses (foram realizadas obras de reestruturação no edifício), tendo-se de igual modo revelado impossível obter informações junto de algumas entidades ao nível estatístico, das quais nunca obteve a equipa de juristas responsáveis pela elaboração do estudo supra citado qualquer resposta. Ainda assim, consideramos que a tarefa de elaboração do estudo foi francamente conseguida, sendo um marco na investigação necessária em torno da aplicação das medidas legais, previstas e aplicadas pelas instâncias judiciais, ao nível da Comarca do Porto.

O estudo realizado obteve o título “Da aplicação concreta da legislação vigente na área da violência doméstica – o caso do Direito Penal”⁵

Alicerçados no Direito Penal vigente e na previsão legal do Código Penal Português que no seu artigo 152º, n.º 2, p.p o crime de maus-tratos a cônjuge, pretendeu-se analisar todo o normativo atinente à violência doméstica que se relacione directa ou indirectamente com o tipo legal em causa.

O estudo partiu, assim, da análise e estudo das decisões proferidas em sede de sentença da primeira instância dos Tribunais Criminais da Comarca do Porto, no âmbito dos processos-crime de maus-tratos a cônjuge, das eventuais diferenças, passíveis de verificação, no tratamento dado pelos julgadores ao tipo legal em apreço após a introdução da alteração legislativa da Lei 7/2000 de 27 de Maio.

Aproveitando a realidade da própria evolução legislativa do tipo legal do crime de maus-tratos, foi balizado o período temporal objecto da presente análise, abrangendo os períodos anteriores e posteriores à alteração introduzida pela lei 7/2000, de 27 de Maio. Nestes termos, fixou-se como alvo de análise os processos cuja decisão tivesse sido proferida no período temporal que decorre entre 1 de Janeiro de 1999 e 30 de Dezembro de 2003. Para além desta dimensão temporal, optou-se, ainda por delimitar o âmbito geográfico do estudo restringindo-o a processos cujos termos tenham corrido nos Juízos ou Varas Criminais do Porto.

Tornou-se essencial à realização do objectivo pretendido a obtenção de dados concretos, partindo das decisões proferidas nos Tribunais Criminais (Juízos e Varas), abrangendo o maior número de processos findos após transito em julgado, possibilitando reflectir uma imagem fiel da realidade do tipo legal de crime objecto do presente estudo, na Comarca do Porto, bem como o tratamento processual possível neste foro judicial nos últimos anos.

Porquanto, foram objecto do estudo todas as sentenças de primeira instância, partes integrantes, dos processos que preencham o tipo legal do crime de maus-tratos a cônjuge (art. n.º152º do Código Penal), proferidas pelos Juízos Criminais e Varas Criminais da Comarca do Porto, no período de 1/01/1999 a 31/12/2003.

⁵ Ver anexo.

O presente estudo assentou em três momentos diferentes e autónomos entre si, que em seguida se descrevem, encerrando na sua soma, a recolha de dados, investigação e análise do seu objecto:

-Consulta aos livros de ordem de cada secção de cara Juízo e Vara Criminal, identificando e analisando os processos de crimes de maus-tratos e ofensas corporais no seio das relações familiares – máximo, entre cônjuges ou situações análogas;

-Consulta aos processos identificados no momento anterior, recolha de elementos, versando todo o processado, incidindo em acusação formulada pelo MP, moldura penal aplicável, audiência de julgamento, sentença proferida, medidas cautelares aplicadas em concreto, pedidos de indemnização deduzidos;

-Análise comparativa do material recolhido.

Durante o período de consulta de todas as sentenças depositadas nos arquivos das quatro Varas Criminais do Porto e dos três Juízos, compostos por três secções de processos, num total aproximado de 12032 processos consultados, procedeu-se à selecção de processos, que de algum modo se revelaram paradigmáticos, exigindo uma análise comparativa mais detalhada.

Os elementos recolhidos para compilação dos dados ora analisados, integraram uma grelha pré-definida, onde se elencavam os elementos considerados relevantes para análise, permitindo o posterior trabalho estatístico e a tradução gráfica dos resultados obtidos, parte integrante do presente estudo, para cada processo em concreto, nomeadamente, a classificação do tipo legal de crime, início e termo do processo, verificação da existência de aplicação ao agressor de medida de coacção, tipo de prova, existência ou não de recurso ao Apoio Judiciário, constituição de assistente, sentença proferida, desistência de procedimento criminal, arquivamento, sentença condenação ou absolvição, verificação dos elementos pessoais das partes, idade, estado civil, agregado, relação de proximidade.

A grelha de trabalho utilizada deu lugar a uma análise exaustiva patente no estudo, assim como a várias reflexões proferidas pelos Juristas, no que concerne à realidade da aplicação das medidas legais na Comarca do Porto, mas também relativamente ao próprio crime de maus-tratos.

O estudo jurídico encontra-se em anexo na sua versão “draft”, estando já a serem efectivados os últimos pormenores para a sua publicação.

(iv.) A tarefa de dotar diferentes públicos, incluindo instituições públicas e outras entidades, mas também o público em geral, foi concretizada em diferentes focos de acção, que englobam as acções de sensibilização realizadas, quer com professores, técnicos e público, mas também as acções públicas do Projecto (divulgação e debate).

• Trabalho de Sensibilização com docentes do Agrupamento Escolar de Baguim do Monte

Esta reunião teve como principais objectivos: a apresentação do Projecto IMAN; o diálogo sobre o trabalho de Prevenção a realizar com as turmas e a Programação do Momento de Preparação com professoras(es) do trabalho a realizar com as(os) alunas(os). Este foi, então, o primeiro contacto entre professoras(es) das turmas com quem nos encontramos a trabalhar e o Projecto IMAN.

Nos dias 6 e 7 de Outubro tiveram lugar na Escola de Baguim duas sessões de preparação com a equipa docente do trabalho de sensibilização e prevenção da Violência, cujos objectivos foram: partilhar conhecimentos, representações, preocupações e ideias para prevenir e sensibilizar contra a violência; elaborar em conjunto o plano de trabalho da equipa do IMAN com as/os docentes da escola; planificar as acções ao longo do ano lectivo.

Segue-se a apresentação do desenrolar dos dois dias de preparação:

Dia 6 de Outubro

Manhã:

1. Apresentação do Projecto IMAN-UMAR
2. Violência Doméstica: Definição; Legislação; II PNCV

Tarde:

1. Identificação de algumas das consequências da violência na escola;
2. Enunciação dos comportamentos de violência no interior da escola;
3. Definição do que constitui violência para nós e delimitação das fronteiras

entre o aceitável e o inaceitável.

Dia 7 de Outubro:

Manhã:

1. Reflexão sobre Projecto Escolar e os Projectos Curriculares de Turma (como as actividades podem ser articuladas nas aulas das diferentes disciplinas);
2. Planificação em conjunto das aulas de Formação Cívica: Articulando propostas de temas e actividades quer de docentes quer das técnicas do Projecto IMAN-UMAR.

Tarde:

1. Calendarização dos temas e das actividades ao longo do ano lectivo.
2. Reflexão sobre como estas actividades podem ser articuladas nas aulas das diferentes disciplinas.

Para os dois dias de preparação foram utilizados alguns materiais de trabalho com as professoras(es), nomeadamente: textos nos quais estavam presentes estereótipos de género; documento com a enunciação de algumas consequências da violência nas crianças e jovens; ficha de identificação pelos professores de alguns comportamentos de violência (agressor; vítima – sexo, idade; causas prováveis; frequência).

Para além das(os) professoras(es) que estiveram envolvidas(os) directamente no trabalho e desenvolvimento do Programa de Prevenção da Violência e Promoção de Relações Saudáveis, a restante comunidade docente teve contacto com os resultados intermédios e finais da aplicação do referido programa, através das actividades de consolidação que foram apresentadas a toda a escola.

Foi elaborada uma planificação global para todas as turmas com a calendarização até ao fim do ano lectivo das actividades em todos os níveis de ensino onde se desenrolará este projecto.

Na globalidade das sessões de sensibilização realizadas pelo Projecto IMAN,

em colaboração com diversas entidades, estiveram presentes e envolvidas(os) técnicas(os) de diferentes áreas, desde de Psicólogos, Assistentes Sociais e Professoras(es), entre outras(os). Considerámos, assim, que também estas(es) “despertaram” para as questões da violência doméstica, facto que foi observável nos diversos encaminhamentos posteriores às sessões realizadas, de utentes para atendimento pelo Projecto IMAN. Para além de que o folheto de divulgação⁶ foi distribuído a diversas identidades.

No que concerne à intervenção do Projecto IMAN junto do Público em geral, esta operou-se a dois níveis. Primeiro pelas acções de sensibilização dirigidas a diferentes públicos e segundo pelos debates e actividades divulgadas na imprensa. A existência de uma página (umar.no.sapo.pt), com os resultados intermédios do Projecto também contribuiu para esse efeito.

• Dia 6 de Março, 2004 – Sede do Partido Socialista de Leça do Balio

Esta acção denominada “Bem me Quer, Mal me Quer... - Direitos no Feminino”, integrada nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, era dirigida exclusivamente a mulheres daquela área geográfica, convocadas através das secções da zona, tendo como principal objectivo promover uma espaço de reflexão e partilha sobre problemáticas directamente relacionadas com a Mulher, nomeadamente, a violência doméstica. Estiveram presentes 15 mulheres.

Durante a sessão foram abordadas os seguintes aspectos: Contextualização sobre a UMAR e o seu trabalho na defesa dos Direitos das Mulheres; O que é a Violência Doméstica?; Tipos de Violência; A Violência contra as Mulheres; Consequências da Violência contra as Mulheres; Razões para manter a relação; O Ciclo da Violência Doméstica; A Violência é crime; Queixa/Denúncia – Onde? Quem? Prazo?; Plano de Segurança Pessoal; Mitos e Desconstrução de Mitos; Apresentação do projecto Intervenção Mulheres Autónomas Norte.

Seguiu-se um momento de debate com a participação de todas, em que colocaram dúvidas e expressaram a sua opinião relativamente à problemática da violência. Falaram bastante da importância da educação das crianças para construir

⁶ Ver anexo.

“um mundo sem violência onde Mulheres e Homens ocupem o mesmo lugar e tenham o mesmo valor”. Colocaram o caso de uma pessoa vizinha, vítima de violência, para quem levaram o panfleto do projecto. Mostraram-se muito interessadas e sugeriram que se fizessem mais sessões no âmbito dos direitos das Mulheres, nomeadamente a questão do aborto.

Posteriormente houve um espaço de convívio e partilha, com lanche, em que procurámos, a título informal, perceber o feedback por parte das mulheres acerca da sessão efectuada. Segundo elas, foi muito positivo.

Pequeno quadro síntese de caracterização de algumas Mulheres (10)

Idade	Profissão
25	Técnica de Comunicação Social
25	Licenciada em Humanidades
32	Socióloga
40	Professora Primária
45	Administrativa
57	Doméstica
56	Doméstica
60	Reformada
65	Doméstica
72	Reformada

• **7 de Setembro, 2004 – Centro Comunitário de Ponte de Anta (Cerci-Espinho)**

Esta acção foi realizada nas instalações do Centro de Atendimento, após solicitação da Cerci-Espinho, nomeadamente do Centro Comunitário de Ponte de Anta. Foi dirigida a mulheres que se encontram ao abrigo do Rendimento Social de Inserção (RSI). Estiveram presentes 13 mulheres.

No mesmo modelo da Sessão realizada em Leça do Balio, a problemática da Violência Doméstica foi explorada a partir dos seguintes conteúdos: Apresentação da UMAR e Projecto IMAN; Definição de Violência Doméstica; Violência doméstica enquanto Crime público; Factores de risco; Violência em contexto familiar e proximidade do agressor; Tipos de violência; Ciclo da violência (ciclo e progressão); Razões para a permanência da mulher na relação abusiva; Impacto da violência na

mulher e nos filhos; Saídas possíveis; Planos de segurança (durante o acto violento, aquando a saída de casa); Desconstrução de alguns mitos.

Previamente à exploração de conteúdos, as mulheres preencheram uma ficha de levantamento das percepções e conhecimentos que possuíam acerca da Violência Doméstica. Com o intuito de tornar a sessão mais dinâmica, indo ao encontro das opiniões e vivências das mulheres que se encontravam no Centro de Atendimento, foi utilizada uma História de Vida de uma mulher vítima de violência doméstica. Esta história foi explorada juntamente com as participantes, de forma a tornar mais consistentes os conteúdos já apresentados.

Três das mulheres presentes assumiram, a propósito da História de Vida, uma vivência conjugal pautada pela violência.

A sessão foi bastante participativa, e a sua realização no Centro de Atendimento permitiu que as mulheres desmistificassem algumas ideias pré-concebidas acerca de um serviço de atendimento. Mostraram-se bastante agradadas com o espaço físico e com o trabalho de atendimento.

Pequeno quadro síntese de caracterização das Mulheres (13)

Idade	Profissão
38	Doméstica
39	Doméstica
33	Doméstica
37	Doméstica
44	Empregada de Limpeza
19	Desempregada
47	Doméstica
27	Desempregada
23	Doméstica
43	Desempregada
39	Doméstica
41	Doméstica
59	Doméstica

• 25 de Novembro, 2004 – Comemoração do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência contra as Mulheres

Assinalando o *Dia Internacional Pela Eliminação da Violência contra as Mulheres*, a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, enquanto Organização Não Governamental de Defesa dos Direitos das Mulheres, lançou uma campanha cujo lema é: “A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA TAMBÉM MATA. NÃO PODEMOS IGNORAR!”. O Projecto IMAN associou-se a esta acção produzindo um texto para distribuir no dia 25 de Novembro na Praça da Batalha (Porto) à imprensa e aos transeuntes. O texto pretendia dar a conhecer as vertentes do Projecto IMAN, o trabalho realizado até então. Serviu assim, como mecanismo de sensibilização, mas simultaneamente de divulgação do Centro de Atendimento.

O texto produzido pelo IMAN encontrava-se num dossier onde eram divulgadas situações concretas em que 47 mulheres foram assassinadas em situação de violência doméstica durante o ano de 2004, assumindo particular destaque aquelas cujo agressor era marido, companheiro ou namorado, perfazendo estas um total de 33. Assim, pela Praça da Batalha foram colados os nomes das mulheres, sua idade, agressor e data da morte (em manchas de papel autocolante vermelho).

A pesquisa foi realizada em vários Jornais, com escassos meios de recolha, mas permitiu-nos dar rosto às mulheres que foram assassinadas em contexto de Violência Doméstica.

Também no âmbito do *Dia Internacional Pela Eliminação da Violência contra as Mulheres*, o Projecto IMAN esteve presente numa Conferência de Imprensa no dia 24 de Novembro na Livraria *Ler Devagar*, em Lisboa. Para além de apresentar a referida campanha, foram abordados os seguintes aspectos, entre outros: divulgação de informação sobre todas as mulheres assassinadas durante este ano por maridos, companheiros ou namorados; divulgação da experiência dos vários Centros de Atendimento da UMAR (onde se inclui o do Projecto IMAN), junto a centenas de mulheres.

O Projecto IMAN participou dando a conhecer a sua experiência de atendimento directo à vítima, assim como o “Programa de Prevenção da Violência e

Promoção das Relações Saudáveis”.

• 26 de Janeiro, 2005 - CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Com vista à sensibilização da população da freguesia de Miragaia, acerca da temática “Violência Doméstica, o “CAFAP” (Centro de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental) solicitou ao Centro de Atendimento uma acção nesse sentido.

Vários foram os temas abordados entre os quais: definição de violência doméstica, tipologia, mitos associados e sua desconstrução, ciclo da violência, razões para a permanência da mulher na relação abusiva, consequências dos maus-tratos, violência doméstica enquanto crime, queixa/denúncia, factores de risco e plano de segurança pessoal.

Esta sessão mostrou-se bastante enriquecedora pois permitiu a partilha de algumas experiências, o que em muito contribuiu para a dinamização da mesma.

Foi também demonstrada, pelas técnicas, a disponibilidade do Centro de Atendimento para prestar, no futuro, qualquer tipo de apoio necessário.

• 28 de Abril, 2005 - Debate na FNAC: “A Violência contra as mulheres na agenda política”

O projecto IMAN promoveu, aquando da passagem da tutela dos assuntos referentes à Violência Doméstica da Presidência de Ministros (CIDM) para o Ministério da Segurança Social da Família e da Criança, um Debate que contou com a presença de:

Dra. Sofia Neves - Psicóloga e Investigadora na área da Violência Doméstica

Dr. Manuel Albano - Delegado da Comissão para a Igualdade e Direito das Mulheres

Dra. Maria José Magalhães - UMAR

Dra. Sílvia Silva - Coordenadora do Projecto IMAN

Neste contexto de intervenção este debate teve como principais objectivos: realçar as especificidades da violência contra as mulheres; conhecer as recomendações nacionais e internacionais, e enfatizar a importância do papel das

ONG's de mulheres nas estratégias de intervenção sociais e políticas na problemática da violência contra as mulheres.

Este debate constituiu assim, uma nova oportunidade de trazer a público as questões, tantas vezes ignoradas, da Violência Doméstica, reforçando simultaneamente a urgência da sua recolocação na agenda política.

• 14 de Julho, 2005 - Centro Comunitário de Ponte de Anta (Cerci-Espinho)

A pedido do Centro Comunitário de Ponte da Anta, realizou-se no dia 14 de Julho de 2005, uma acção de sensibilização tendo como pano de fundo a temática da Violência Doméstica.

A sessão foi iniciada com a apresentação das técnicas e o acolhimento/boas vindas das presentes. De seguida procedeu-se à realização de um brainstorming, no qual foi pedido que estas evocassem todas as palavras associadas ao conceito de “Violência doméstica”.

Esta actividade, por si só, despoletou a participação activa de algumas mulheres, permitindo essencialmente a partilha de histórias de vida com episódios de violência (doméstica, entre outras). Sendo que algumas das mulheres já tinham estado presentes numa primeira sessão (descrita anteriormente), obtivemos por parte das mesmas “expressões” relativas à violência doméstica mais especificamente.

Logo após, demos início à apresentação (em cartazes) de alguns temas ligados à violência doméstica, nomeadamente: definição, tipologia, ciclo, consequências, razões para a vítima permanecer na relação, mitos e queixa/denúncia.

Todas as mulheres participaram dando o seu contributo pessoal ao relatarem experiências vivenciadas, de forma directa ou indirecta.

Foi criado um ambiente empático, o que facilitou o sucesso da sessão. O bom humor das presentes também contribuiu para o mesmo.

No final foi preenchido um questionário onde estas puderam expressar críticas e sugestões, dando a sua opinião e apontando aquilo, que no seu entender, poderia ter sido abordado de forma mais aprofundada.

3. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO TEMPORAL (CRONOGRAMA DAS ACÇÕES PREVISTAS E DAS ACÇÕES REALIZADAS)

São apresentados de seguida os cronogramas das acções previstas e das acções realizadas. O Cronograma das acções previstas contempla todas aquelas, cuja realização foi proposta na candidatura. O Cronograma das acções realizadas reporta-se às alterações e ajustes necessários à concretização dos objectivos do Projecto IMAN.

4. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DAS ÁREAS GEOGRÁFICAS DE INTERVENÇÃO DO PROJECTO

A inexistência de um diagnóstico social do Porto não nos permite realizar uma caracterização criteriosa a nível sócio-económico desta área de intervenção do Projecto IMAN.

A problemática da violência doméstica é transversal às classes sociais e não pode ser encerrado em fronteiras territoriais administrativas, na medida em que as vítimas têm muitas vezes necessidade de procurar ajuda fora dos seus locais de residência, ou porque não existem serviços na sua área, ou porque a sua situação de perigo as obriga a salvar-se da perseguição do agressor. Apesar dessa transversalidade, as condições sociais das vítimas, as representações, os valores e as práticas sociais, assim como as respostas que a sociedade providencia são factores determinantes nas suas possibilidades de poderem equacionar estratégias de resistência, resiliência e saída da vitimação.

Neste sentido, e tendo em conta que o Projecto se dirige fundamentalmente às vítimas e ao combate a este grave problema social, a caracterização que a seguir se apresenta abordará a análise sobre a violência doméstica em si, algumas dimensões das condições sociais na área do Porto, concelhos limítrofes e, em alguns casos, da Zona Norte, complementado com alguns dados e informações qualitativas sobre o tipo de respostas sociais disponíveis.

4.1. Caracterização do problema social da violência doméstica

Os últimos estudos apontam que pelo menos uma em cada três mulheres portuguesas é ou foi vítima de violência, mais concretamente 33,6% (Lisboa, Vicente e Barroso 2005)⁷.

⁷ Para o mesmo fenómeno social, em França, estudos apontam 1.5 mulheres em cada 10 (15%). Este número de 1 em cada três era a estimativa para os anos 1970, tendo baixado para 25% na

A violência doméstica é sobretudo exercida contra as mulheres na grande maioria dos casos (mais de 90%). No caso da violência contra as mulheres no interior do lar, dado o facto de ser perpetrada no foro privado e das relações de intimidade, e acrescida da desvantagem estrutural que o universo feminino detém nesta sociedade, tem consequências específicas para as mulheres vítimas que vão muito além das consequências directas das ofensas.

A investigação de Walker (1979, 1993) sobre BWS (*Battered Women Syndrome*) aponta no sentido de um conjunto de sintomas que afectam as mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade. A baixa auto-estima, as dificuldades de concentração, a tendência para estados depressivos, as dificuldades do foro cognitivo, o excessivo foco e centração nos actos do agressor, a auto-culpabilização, o pânico e sobressalto permanentes, condicionam todos os aspectos da sua vida, inclusivamente, a sua participação no trabalho ou na cidadania e na educação das suas crianças.

Estas consequências da vitimação pela violência doméstica permanecem longo tempo, mesmo depois da saída da relação violenta (como nos casos do SSPT – Síndrome do Stress Pós-Traumático). O estado de alerta permanente, os estados de pânico associados a factos, ruídos, ou outras associações que relembram as agressões, o reviver das agressões, a baixa auto-estima, as dificuldades cognitivas, os estados depressivos, não desaparecem “magicamente” com o afastamento do agressor ou com a saída ou fuga de casa.

Paralelamente, as vítimas sofrem habitualmente, de um grande isolamento social, em consequência de dois processos que, articulados, contribuem para o estado de *helplessness* destas pessoas: por um lado, constitui uma das estratégias do agressor separar a mulher, progressivamente, de todas as suas relações sociais (processo que começa muito cedo, logo no namoro), por outro, a vergonha e auto-culpabilização da vítima leva-a também a isolar-se.

Como o amor e as relações afectivas constituem um dos aspectos fundamentais da socialização das raparigas e das mulheres, estas são extremamente vulneráveis ao processo de vitimação do ciclo de violência (Walker 1979). Este ciclo caracteriza-se por três fases: i. aumento progressivo da tensão, ii. a explosão de violência; iii. a fase de calma (também chamada “lua-de-mel”). É

sobretudo a terceira fase que nos ajuda a compreender algumas das razões por que as mulheres se mantêm em relações violentas: neste período, o agressor pede desculpa, arrepende-se, jura amor eterno, promete que não volta a acontecer. Nesta fase, alguns agressores chegam mesmo a ser extremamente sedutores e a encherem as suas companheiras de presentes e cuidados. Esta fase cria esperanças na vítima ao mesmo tempo que lhe dá tempo para sarar parcialmente as feridas das agressões anteriores.

Mais ainda, habitualmente, o agressor descarrega sobre as vítimas as causas do seu comportamento criminoso: ciúmes e outras acusações relativas à pessoa da vítima e ao seu desempenho no lar são frequentemente invocadas como provocando as agressões e ofensas. Esta atitude do agressor, articulada com a propensão do universo feminino para se sentir responsável pelo sucesso ou fracasso das relações afectivas conduz à auto-culpabilização da vítima que tenta adequar o seu comportamento aos desejos do agressor. Todavia, todos os estudos apontam para o facto de que, quaisquer que sejam as tentativas das vítimas de satisfazer os agressores, a violência não diminui, pelo contrário, tem tendência a aumentar com o tempo e os ciclos de violência a ficarem progressivamente mais pequenos.

As agressões e ofensas podem ser de vários tipos (físico, psicológico, económico, sexual) e, por vezes, vários tipos de violência estão associados. Em Portugal e consultando o estudo de Manuel Lisboa, Luísa Branco Vicente e Zélia Barroso (2005), em 49.5% dos casos, vários tipos de violência se conjugam para vitimar as mulheres. Em relação ao local onde é exercida, a casa constitui o lugar mais usado pelos agressores, embora em alguns casos, sobretudo quando elas resolvem sair da relação, a agressão/ofensa possa ocorrer fora de casa. Também de acordo com o estudo citado, verifica-se ainda que em 39% dos casos de violência, esta se prolongou por um período superior a dez anos.

Seguindo o estudo de Lisboa, Vicente e Barroso (2005), podemos identificar algumas consequências importantes da violência contra as mulheres em termos de saúde. Assim, os hematomas na cabeça⁸ “têm uma probabilidade de ocorrer nas vítimas vinte (20) vezes superior à das não vítimas” (2005: 29); a probabilidade das feridas é 100% maior, as situações de coma e hemorragia é 1.9 vezes superior, as

⁸ Como referem os autores: “tudo indica que esta parte do corpo é um dos alvos privilegiados dos autores de violência, sobretudo quando as lesões são ocultadas pelo cabelo” (2005: 29).

intoxicações, lesões genitais e obesidade com uma probabilidade maior respectivamente de 55% e 80%. Para além destes sintomas, os autores identificam ainda maior probabilidade de: asma, queimaduras, palpitações, tremores, colite, cefaleias, vômitos, sensação de aperto na garganta, úlcera gastro-duodenal, dificuldades respiratórias, sudação, peso/dor na zona abdominal, dor/"pressão no peio", náuseas, hipertensão arterial, vertigens, secura de boca, insónias ataques de pânico e fobias. As tentativas de suicídio por parte das vítimas são 2.8 vezes superior e, se conjugadas com os efeitos do álcool ou drogas, é 7 (sete) vezes superior. Falta de esperança, comportamentos destrutivos, solidão e sentimentos de culpa são outros indicadores das consequências da violência contra as mulheres em termos de saúde.

Mas a violência contra as mulheres não é um fenómeno exclusivamente do foro privado. No entanto, as três décadas de esforço e recursos investidos, ao nível dos países do centro europeu, na luta contra a violência mostraram como o fenómeno se revela muito mais estrutural e enraizado na cultura e nas relações sociais do que poderia parecer à primeira vista: os seus fundamentos, os princípios e valores morais e sociais em que assenta atravessam as organizações políticas, religiosas e educacionais (incluindo as universidades), passando pela segurança social, empresas, tribunais e forças de segurança, de tal maneira que se pode afirmar que estas se encontram implicadas no problema na medida em que tornam tal violência possível.

As representações, atitudes, valores e comportamentos ligados à violência doméstica estão profundamente enraizados e foram aprendidos nos diversos processos de socialização. Muitas das vítimas e dos agressores aprenderam esta forma de estar na vida logo na sua infância. Por outro lado, as raparigas e as mulheres que não tiveram experiências familiares de violência estão habitualmente desarmadas para as situações que lhes surjam em termos actos violentos de namorado, marido ou companheiro (La Viollette e Barnett 2000). Se a experiência da violência no primeiro caso paralisa e convida à subjugação, a inexperiência torna-as crédulas e tolerantes, até porque, nos outros aspectos, a relação vem confirmar o que para as mulheres tem sido ensinado como a sua mais importante função: o cuidar dos afectos.

4.2. A violência doméstica e o trabalho

Apesar de ainda não termos um retrato quantitativo sobre as consequências da violência doméstica contra as mulheres no que se refere ao trabalho, temos já alguns indicadores objectivos: dificuldades em arranjar emprego, em ser promovidas ou mesmo despedimentos, absentismo, são algumas das consequências verbalizadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica, o que nos pode dar indicação muito clara de como este grave problema social pesa também nas relações laborais.

Devido à sua situação, tendem a isolar-se, criam profundos sentimentos de culpa, com uma baixa auto-estima, tendem a não conviver com os colegas de trabalho. Têm grande dificuldade em aceder à formação profissional fora dos horários normais de trabalho e em realizar trabalho suplementar porque o agressor controla o seu horário. Não têm a força anímica necessária para aguentar um dia de trabalho, sem motivação, sem futuro, a sua produtividade é baixa. Têm maior predisposição para sofrerem acidentes de trabalho, vivem o seu dia-a-dia preocupadas e assustadas, o que conduz a erros ou distrações que podem provocar acidentes. O absentismo é elevado, seja por vergonha de mostrar as marcas físicas dessa violência (nódoas negras, ligaduras ou até os olhos inchados depois de ter passado horas seguidas a chorar), porque a agressão as coloca num estado de prostração tal que as torna incapazes de reagir e sair de casa para trabalhar, ou porque os agressores as impedem de trabalhar para poderem mantê-las debaixo do seu domínio.

Por todos estes factores as mulheres vítimas de violência doméstica são penalizadas dentro das empresas o que facilita ainda mais a total dependência e submissão destas em relação ao agressor, é por isso necessária uma profunda sensibilização de todos os intervenientes para que estas possam receber um maior apoio, para que a actividade profissional lhes permita libertar-se em lugar de reforçar a sua dependência.

Sensibilizar as empresas para está realidade, tornar as empresas agentes de mudança, fará com toda a certeza a diferença para muitas mulheres entre a manutenção de uma “vida” de submissão e medo ou uma vida plena, conduzida por elas próprias.

4.3. Violência doméstica e condições sociais (Porto, Área Metropolitana do Porto, zona Norte)

Se é verdade que a violência doméstica e a violência contra as mulheres é transversal à sociedade, as condições económicas em que vivem as vítimas e suas famílias constituem-se em factor importante nos processos de saída da vitimação e também no sucesso da intervenção preconizada, assim como na efectividade do combate social a este grave problema.

Nesse sentido, tentar-se-á, nesta secção, reunir alguns dados e apontamentos sobre as condições sociais no Porto, especificando os bairros de habitação social e os grupos sociais em desvantagem social, e apresentar alguns eixos sobre a situação social dos concelhos limítrofes e da zona Norte, na medida em que a proveniência das utentes é geograficamente muito variada e o próprio fenómeno da violência doméstica, como já referimos, se caracteriza pela transgressão de fronteiras.

Como afirma Maria José Azevedo (2001: 7) falando concretamente dos bairros sociais, mas que nós estendemos ao problema da violência doméstica, “efectivamente, a dimensão, a gravidade e a complexidade dos problemas [...] não se compadecem com abordagens e intervenções sectoriais e acções pontuais que atacam as manifestações mais visíveis dos problemas deixando intactas as suas causas” e, nessa medida, “ são indispensáveis intervenções com incidência concertada [...] de forma a garantir acções com sucesso imediato e sustentabilidade futura”.

O Porto insere-se na Região Norte que é a região que mais tem contribuído para o emprego nos sectores primário e secundário (Teixeira Lopes 2000). No entanto, verifica-se nesta zona que a importância dos sectores tradicionais assim como os baixos padrões de produtividade e de qualificações (Teixeira Lopes 2000; Melo e Saleiro 1996; Pimenta et al. 2001) têm impedido o seu desenvolvimento global e equilibrado, quer em termos das suas diversas sub-regiões, quer em termos dos diversos grupos sociais que a integram. Como refere João Teixeira Lopes

(2000:141) “é notória a situação privilegiada dos centros urbanos” e, dentro destes, nomeadamente no Porto, existem grandes discrepâncias quer no interior da cidade, quer do distrito. Para esta situação contribui também o peso de alguns sectores da indústria (por exemplo, construção, têxteis e vestuário⁹), onde os salários e as qualificações se situam, em termos médios, abaixo da média nacional. Apesar de constituir a região onde reside 35,25% da população portuguesa (mais de 1/3), em termos de rendimento esta região auferia apenas 30% do rendimento primário nacional.

Este retrato sócio-económico mantém-se actualmente também para o Distrito do Porto, já que, e segundo o relatório da USP de 2004, “na estrutura produtiva do Distrito, proliferam as pequenas e médias empresas, o modelo de crescimento assenta ainda na parte industrial, nos subsectores designados por sectores tradicionais, de mão-de-obra ainda intensiva de baixa qualificação e salários baixos, deficiente organização industrial e geral, redundando em baixa produtividade e falta de competitividade” (USP 2004: 1).

Também em termos do poder de compra, e apesar da cidade do Porto se situar acima da média nacional (131.18) se nota a desvantagem da Região Norte (representando apenas 75% da média nacional), agravada pelas “profundas assimetrias internas da região Norte, diluidoras de qualquer ilusão de homogeneidade” (Teixeira Lopes 2000: 141). Também no que diz respeito à posse de bens e equipamentos, nomeadamente de cariz cultural, podem ser detectadas fortes desigualdades inter-regionais e disparidades no interior da região Norte e dos centros urbanos (Teixeira Lopes 2000).

No que se refere aos níveis de escolaridade, a Região Norte “permanece distante face às médias do continente nacional” (idem: 142). Indicando uma “acentuada lógica de selecção escolar”, o valor da frequência do ensino básico era, em meados da década 1990, 40.1% da média nacional e descia significativamente para 30.2% em termos do ensino secundário. Mais ainda, “o nível de frequência escolar regional é claramente inferior ao peso dos grupos etários correspondentes, o que comprova, uma vez mais, níveis significativos de abandono escolar” (idem: 143).

Quanto à composição sócio-profissional, podemos concluir, com o autor citado, “que existe uma predominância relativa dos seguintes grupos: trabalhadores

⁹ Por exemplo, para os anos 1990, a produtividade nestes sectores era de apenas 85% da média nacional (Teixeira Lopes 2000).

da agricultura e pesca; trabalhadores a produção industrial e artesãos; operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores” (idem: 143). Por outro lado e diferentemente da Região de Lisboa e Vale do Tejo, “a especialização da Região Norte encontra-se patente em quatro grupos profissionais: membros de corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública, directores e quadros dirigentes de empresas; trabalhadores da agricultura e pesca; trabalhadores a produção industrial e artesãos; operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores” (idem: 143-4). No entanto, esta especialização caracteriza-se por baixos níveis de escolaridade e de qualificação. Por exemplo, no grupo dos membros de corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública, 59% não ultrapassam o ciclo preparatório além de que se caracterizam por uma forte masculinização, isto é, por uma subrepresentação das mulheres (idem: 144); em relação às profissões técnicas intermédias apenas 43% atingiram o secundário e 37% o ensino superior. Em relação à participação feminina, vale a pena notar uma participação muito desigual quer nos empregados administrativos (3/4 em alguns sectores e extremamente reduzida noutros) quer no restante pessoal dos serviços (idem: 144). Já em relação aos trabalhadores qualificados da agricultura e pesca a feminização é significativamente representado 39% (idem: 144-5).

Assim, para além do peso dos sectores tradicionais, constata-se uma posição subalterna da Região Norte no sector secundário, “em grande parte devido à importância da indústria têxtil e da construção” (idem: 146).

Em termos de natalidade e nupcialidade, as taxas da Região Norte continuam superiores às médias nacionais, embora se assista a uma progressiva uniformização dos comportamentos a nível nacional. Para finalizar este breve retrato da região, vale a pena salientar que, nos anos 1990, o Norte tinha menos de metade dos seus alojamentos ligados a redes públicas de água, inferior à média do continente (67%⁹), embora a Área Metropolitana do Porto fosse ligeiramente superior (69.2%), e em relação à rede de esgotos os níveis de cobertura da AMP eram apenas de 45%.

No que se refere mais concretamente à Área Metropolitana do Porto, há a realçar um saldo migratório negativo, em parte relacionado com “os tipos de uso do solo e o mercado de habitação” (idem: 149). A Área Metropolitana do Porto representa mais de 1/3 do total da população empregada na Região Norte, sendo de

realçar “o seu grau de auto-suficiência no que se refere à relação entre a população empregada e o local de trabalho”, já que se pode constatar que “cerca de 96% dos movimentos pendulares se limitam ao espaço metropolitano” (idem: 150-1). Em termos dos grupos profissionais na AMP, “constata-se que predominam, em termos relativos, os empregados administrativos (em resultado do processo de terciarização em curso), embora na maior parte dos concelhos tenham ainda preponderância os trabalhadores da indústria e dos transportes, escasseando os quadros dirigentes e as profissões intelectuais e científicas”, para além de que se mantém “muito significativo o peso absoluto e relativo do grupo dos trabalhadores não qualificados” (idem: 151). A Área Metropolitana do Porto concentrava, na década de 1990, “46% dos desempregados da Região Norte, sendo os jovens e as mulheres os mais prejudicados” (idem: 151). Segundo o autor citado, “preocupante e grave, ainda, é a circunstância de um valor superior a 2/3 dos desempregados serem provenientes dos grupos dos trabalhadores administrativos e operários das indústrias têxteis, metalúrgica e da construção, o que revela grandes dificuldades de adaptação e reconversão do terciário inferior e das indústrias tradicionais” (idem: 151). Mais ainda, nessa altura, 78% da população desempregada possuía apenas “o ensino básico como patamar de escolarização mais elevado” (idem: idem). Citando António Joaquim Esteves, o autor apresenta o retrato da escolarização da população residente na AMP no início da década de 1990, indicando 43% com o 1º ciclo, 13% com o 2º ciclo, 12% com o 3º ciclo, 10% com o secundário, 2% com o ensino médio, 7% com ensino superior e 13% sem escolarização (idem 153).

Segundo dados do INE, *Infoline*, residem no Grande Porto 1261314 pessoas, das quais 604288 são homens. No Porto, residem 250877, dos quais 113981 são homens.

No que se refere ao Distrito do Porto, a população residente, segundo dados do INE do Censos de 2001, era de 1635000 habitantes, distribuídos por 48.3% de homens e 52.7% de mulheres. A população activa, incluindo trabalhadores por conta de outrem, funcionários públicos, empresários em nome individual, profissões liberais e outros activos, constituía, em 2001, 51% da população residente, isto é, 836949 trabalhadores, maioritariamente do sexo feminino (55.7%) para 44.3% do sexo masculino, este grupo totalizando 371074 residentes. Segundo o relatório da USP, estes indicadores evidenciam a “importância da mulher no processo produtivo”

(2004: 2) no Distrito. Quanto à distribuição da população activa pelos sectores de actividade, o sector secundário “continua a assumir importância determinante”, representando 43,2% do total, seguido do sector terciário que representa 33.7% (USP 2004: 2). A população activa na função pública reside maioritariamente (80.8%) na Área Metropolitana do Porto (idem: 3).

Analisando a estrutura produtiva do Distrito, constata-se que “assenta principalmente em micro e pequenas empresas” (até 49 trabalhadores) e que, “de um total distrital de 47372 empresas, 79,6% tem menos de nove trabalhadores” e que o conjunto das empresas com menos de 49 trabalhadores representa um total de 45962, isto é, 97% do universo total (USP 2004: 3). Segundo este relatório, as micro e as pequenas empresas são determinantes nos seus subsectores principais – comércio (50.9%) e hotelaria (14.85%) (idem). Estas totalizam 18820 e, de entre elas, 16321 têm menos de 9 trabalhadores (86.7%).

Esta questão é relevante no que se refere às vítimas de violência doméstica já que as micro e pequenas empresas são mais susceptíveis em termos do absentismo, a mulher tem mais vergonha dada a ausência de anonimato, e a própria empresa não tem condições, na maioria dos casos, para ter uma atitude de discriminação positiva em relação às vítimas.

Tal como na situação da Região Norte e da AMP, também no Distrito do Porto, se constata que “a construção civil, a indústria metalúrgica e os subsectores têxtil, vestuário e calçado têm um significado preponderante na estrutura produtiva” (USP 2004). Ora estes sectores e subsectores são muito *genderizados*, isto é, uns muito masculinizados, outros muito feminizados, e caracterizam-se, sobretudo os sectores mais feminizados, por salários extremamente baixos, grande precariedade laboral, para além do aumento do desemprego que se verificou nestes subsectores e que tem afectado todo o distrito e a Região Norte e Centro.

No que diz respeito ao sector terciário, que apresenta uma tendência para aumentar, e para além do comércio e da hotelaria que já referimos, os outros serviços são estruturas de pequena ou micro dimensão, num total de 7906 empresas (27.6%).

As mulheres representam 75% do total de trabalhadores dos subsectores da indústria têxtil, vestuário e calçado; são determinantes no sector terciário, representando 42.2% do total no comércio, 57% na hotelaria e 60.8% nos outros serviços.

No que se refere à cidade do Porto, segundo este e outros autores, ela exerce uma “indesmentível centralidade”, na medida em que, para além de “constituir o maior pólo de emprego da região Norte”, o concelho “fixa no seu interior a maior parte da população activa que nele reside, ao mesmo tempo que atrai cerca de 114 mil activos”, sendo que 2/3 da mão-de-obra, isto é, 3/4 da população activa, exercem a sua actividade no sector terciário (idem: 154). Em 1995, “a taxa de mortalidade era de 11.6 por mil enquanto a taxa de natalidade se quedava pelos 10.2 por mil” (idem: 154). Segundo o autor, “o Porto detinha, em 1996, o mais baixo índice de dependência de jovens dos concelhos da AMP (22.2% para 25.1%) e o mais alto índice de dependência dos idosos (24.2% para 16.9%)” (idem: idem). Se em termos de escolarização, o Porto apresenta o panorama mais favorável da AMP, se olharmos os bairros de habitação social o quadro fica mais complexo e mostra as enormes disparidades no interior da cidade. Assim, 43% do total de indivíduos a frequentar o ensino superior são do concelho do Porto, mas dos bairros de habitação social apenas 2% frequentam este nível de ensino (Pimenta et al. 2001). Por outro lado, o Porto é ainda o concelho onde se regista um maior peso relativo de famílias monoparentais (11,66%) (Teixeira Lopes 2000), sendo que nos bairros de habitação social o peso é de 13,7% (Pimenta et al. 2001: 23). Assim, como afirma João Teixeira Lopes (2000: 158), “contrastando com a visibilidade, muitas vezes opulenta e ostentatória dos grupos sociais mais favorecidos, existem nas grandes cidades, numerosas situações de vulnerabilidade social e de exclusão”. É sobre estas situações que nos debruçaremos em seguida.

No que se refere ao desemprego, e segundo os dados do IEFP citados pelo relatório da USP, em Maio de 2004, existiam no Continente 442811 desempregados inscritos nos Centros de Emprego, representando um aumento de 41.8% relativamente a Maio de 2000. Relativamente ao Distrito do Porto, entre Maio de 2000 e Maio de 2004, o nº total de desempregados inscritos passou de 64505 para 110798, um acréscimo de 71.8%. No conjunto, as mulheres representam 54.7% dos desempregados (60652) e os homens 45.3% (50146). É do sector terciário que provém a maioria dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Distrito e, neste sector, é o comércio que tem sofrido maior pressão. Do sector secundário, os subsectores mais frágeis à crise e que têm provocado mais desemprego são os têxteis e vestuário (15348 tarbalhadoras/es), calçado (4003 trabalhadoras/es),

metalurgia (4799) e construção civil (10353). Globalmente, a taxa de desemprego que era no ano 2000 de 7.7% subiu, em Maio de 2004, para 13.2%. Quanto aos salários, vale a pena referir que, em média, as mulheres ganham menos 21.2% que os homens, sendo que os salários nos sectores primário e secundário são mais baixos do que no sector terciário. Segundo o mesmo relatório, “as mulheres continuam a ser a base de mão-de-obra nos sectores designados por tradicionais” (idem: 18). Os sectores mais mal remunerados são, no secundário, os subsectores do têxtil, vestuário, calçado e madeiras, e, no terciário, o subsector hoteleiro. Também do ponto de vista do desenvolvimento, continua a assistir-se a um desenvolvimento assimétrico, não tendo havido tentativas de correcção das assimetrias.

Segundo dados do INE, no Grande Porto, eram beneficiários de prestações de desemprego, em 2003, 80683 pessoas, das quais 37148 homens, e no Porto 15313, 7711 dos quais, homens.

No respeitante aos bairros de habitação social e de acordo com o estudo de Manuel Pimenta Leonor Vasconcelos Ferreira e José António Ferreira, “no domínio dos rendimentos, destaca-se a situação, particularmente débil, das pessoas e famílias cuja principal fonte de receita é [era] o Rendimento Mínimo Garantido [agora designado Rendimento Social de Inserção] ” (2001: 58), em 358 dos casos, isto é 3.2% dos agregados familiares. No mesmo estudo, “para o conjunto dos agregados familiares em situação de pobreza, o seu défice médio de rendimento é de aproximadamente 35.1% [abaixo] da linha de pobreza por adulto equivalente” (idem: 63).

Todavia, no que se refere à pobreza e à exclusão nos últimos anos, os indicadores mostram tendência de aumento: um recente relatório de Luísa Capucha dá conta de mais de 25% da população portuguesa em situação de pobreza e estudos recentes indicam um número de 150000 crianças em risco.

Ainda no que se refere aos bairros sociais, e apesar de algumas situações familiares se apresentarem mais frágeis, o mesmo estudo dá conta de solidariedades intrafamiliares e comunitárias que permitem dinâmicas de resistência e de resiliência das pessoas.

Existe um outro universo social no Porto, conhecido por “ilhas”, isto é, “núcleos habitacionais que na sua morfologia básica [...] são constituídos

genericamente por uma fileira extensa de 10/12 casas térreas originalmente com 16m² de área individual, dispostas ao longo de um estreito corredor perpendicular à rua de acesso, nas traseiras da casa principal” (Pimenta *et al.* 2001: 9). Os equipamentos sanitários são mínimos e localizam-se geralmente ao fundo do lote (idem). Segundo o estudo destes autores, o número total de *ilhas* é de 1127, num total de 8678 fogos, dos quais se encontravam habitadas 7654 (no ano 2000). Nestes núcleos, e em termos da organização familiar, é de realçar “o peso considerável que em conjunto as famílias de isolados e os casais sem filhos têm no conjunto dos residentes: 41.2%” (idem: 29), superando em mais de 3 pontos percentuais a situação que, na mesma data, se verificava no concelho do Porto. As famílias monoparentais encabeçadas por mulheres são aqui de 8.2%, menor do que a que se verifica no concelho e ainda menor da que encontramos nos bairros sociais. Do ponto de vista da população, e contrariamente aos bairros sociais que apresentam menor índice de envelhecimento e maior taxa de natalidade do que na cidade, já nas “ilhas” o envelhecimento é ainda maior do que o verificado para o resto do concelho. No que se refere à pobreza e segundo o mesmo estudo, esta é de incidência “muito variável”, sendo “especialmente elevada para as famílias numerosas, as famílias monoparentais femininas, as famílias extensas e alargadas” (idem: 57). Mis ainda, “a maior vulnerabilidade à pobreza está associada à exclusão do mercado de trabalho (desempregados, em formação profissional, domésticos e outros inactivos) ou às profissões não qualificadas, que estão na maioria das vezes associadas a baixos níveis de instrução” (idem: 57). Também para o caso das “ilhas”, vale a pena notar que, apesar da exiguidade de espaço, “sabe-se que as relações de vizinhança são intensas e as solidariedades frequentes” e, apesar da referência a conflitos, os inquiridos do estudo citado afirmam-se “maioritariamente satisfeitos com os seus vizinhos (73.8%) ou mesmo muito satisfeitos (5.7%) ” (idem: 49).

5. PÚBLICO-ALVO DO PROJECTO

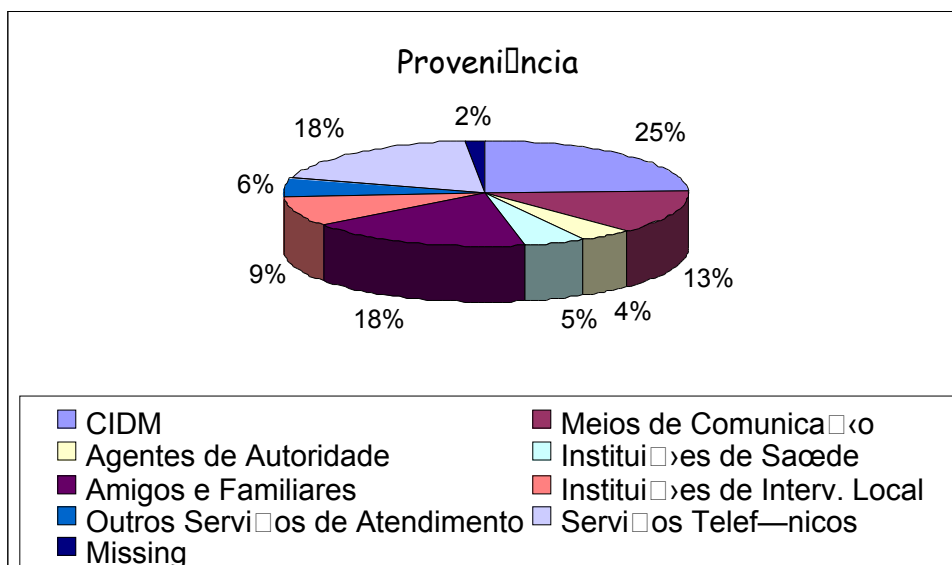
Público-alvo (Caracterização quantitativa)	
5.1. Mulheres vítimas de Violência de Violência Doméstica	204
5.2. Crianças e jovens	700
5.3. Profissionais de diferentes áreas (saúde; educação; serviço social,...)	50
5.4. Público em geral	500
TOTAL	1250

Público-alvo (Caracterização qualitativa)
--

5. 1 Mulheres Vítimas de Violência doméstica

Para a breve caracterização que se segue, foram considerados todos os atendimentos cujo objectivo era de Violência Doméstica, num total de 204, que ao longo de 19 meses de atendimento directo à vítima procuraram o Centro de Atendimento.

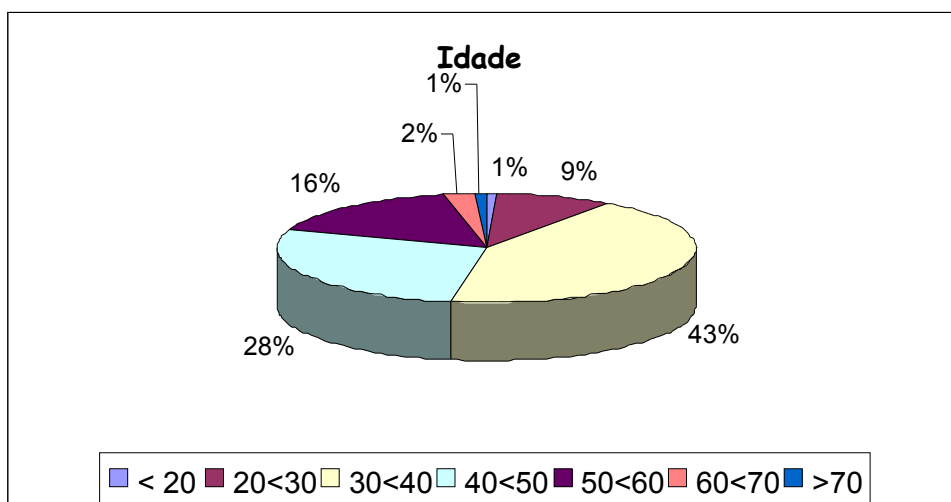
a) Pedido



As principais fontes de proveniência das utentes ao Centro de Atendimento, como se pode observar pela análise de frequências no gráfico, são por ordem decrescente CIDM - Delegação Norte (25%), Serviços Telefónicos - Linha Verde, SOS Mulher - (18%), Amigos e Familiares (18%) e Meios de Comunicação (13%).

Relativamente ao mês em que as mulheres iniciaram o processo de acompanhamento no Centro de atendimento, a registar, durante o ano de 2004, a elevada percentagem de primeiros atendimentos efectuados no mês de Julho. Quanto ao ano de 2005, num período mais reduzido de atendimento, nota-se uma equidade entre os meses, ao nível do número de primeiros atendimentos.

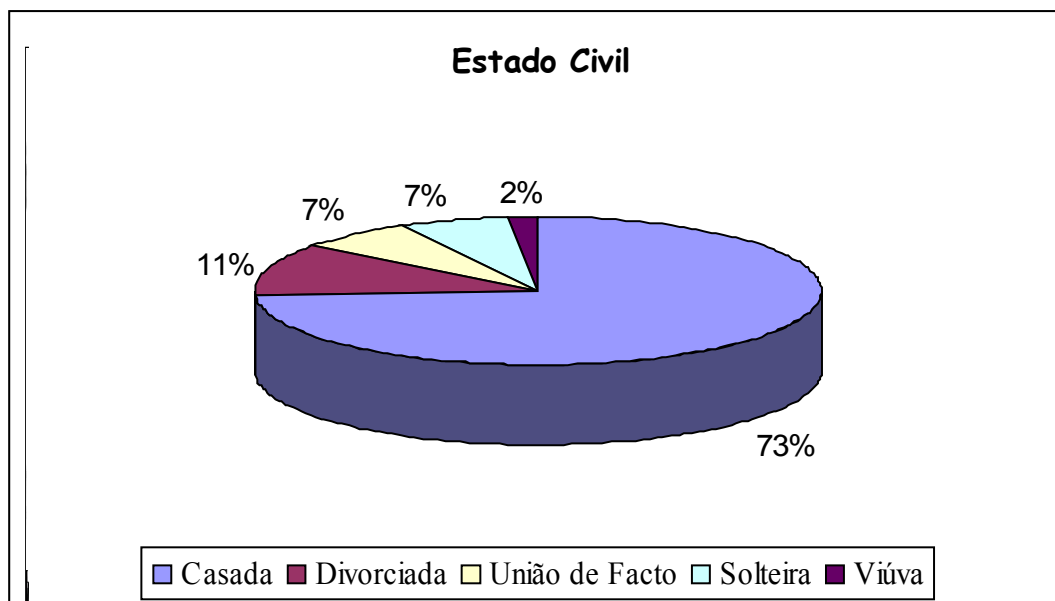
b) Caracterização das utentes



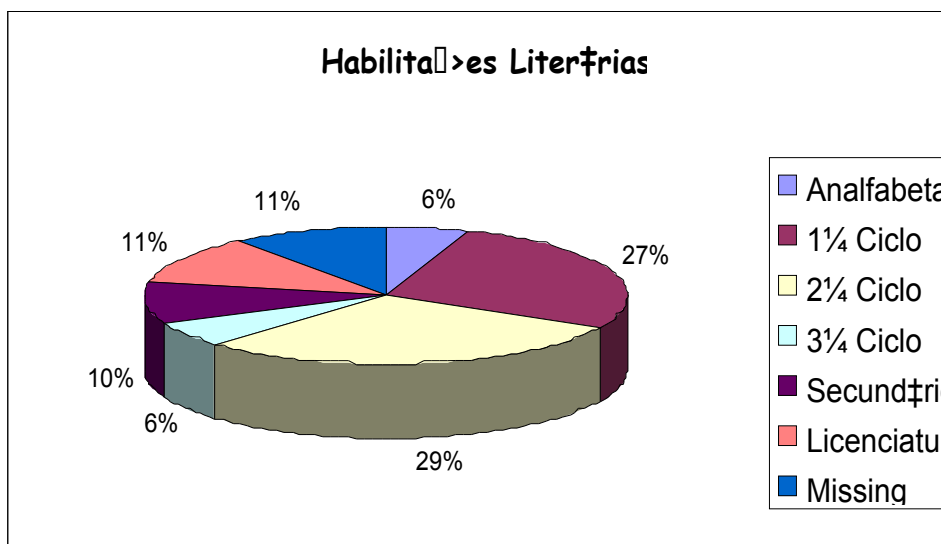
Como podemos perceber pela análise do gráfico, a grande maioria (43%) das mulheres que nos procuram têm entre 30 e 40 anos, seguidas das que têm entre 40 e 50 (28%). Além disso, o escalão etário que vai dos 50 aos 60 anos de idade ainda apresenta uma incidência de 16%.

A grande maioria das utentes reside na cidade do Porto (27%). No entanto, somos também muito procuradas por mulheres dos arredores da cidade, salientando-se Gaia (19%), Gondomar (14%), Matosinhos (10%), Maia (5%) e Valongo (4%). Além destas, refira-se a existência de utentes provenientes de outros locais mais distantes (20%), como sejam: Régua, Guarda, Aveiro, Guimarães ou Ovar.

No que respeita à nacionalidade, 92 % das mulheres são portuguesas, havendo contudo a registar: uma moçambicana, uma angolana, uma uzbeque, uma russa, uma britânica e três brasileiras.

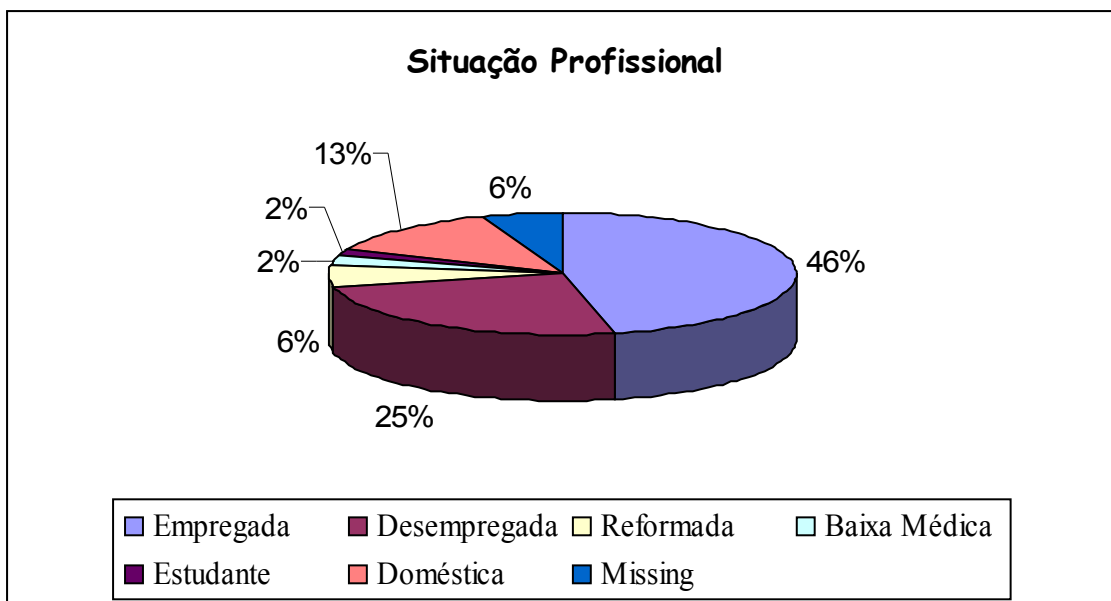


O Estado Civil das utentes é, na sua maioria, Casadas (73%), seguindo-se as Divorciadas (11%), as Solteiras e as mulheres que vivem em União de Facto com igual percentagem (7%) e por fim as Viúvas (2%).

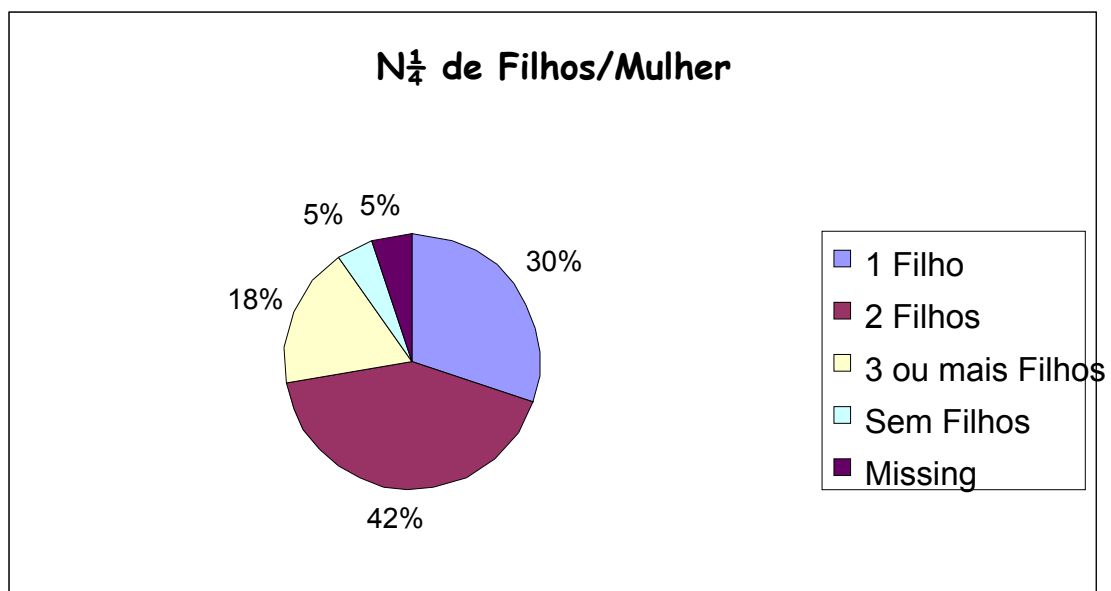


Relativamente às Habilitações Literárias das mulheres, note-se que 29% possuem o 2º ciclo, logo seguido pelo 1º Ciclo com 27%. Com o grau de Licenciatura encontramos 11% das mulheres, com o secundário 10%, com o 3º ciclo 6%. Há ainda a registar a percentagem de 6% atribuída às analfabetas.





No que respeita à Situação Profissional, a grande maioria das mulheres distribuem-se entre Empregadas (46%) e Desempregadas (25%). Seguem-se as Domésticas (13%) e as Reformadas (6%). As mulheres em situação de Baixa Médica e as Estudantes apresentam igual percentagem (2%).



Das mulheres que recebemos em contexto de atendimento, 5% não tinham filhos, 30% um filho, 42% dois filhos e 18% três ou mais filhos.

c) Caracterização da Violência Doméstica

Da análise do gráfico podemos constatar percentualmente, qual o tipo de maus-tratos que as mulheres vítimas de violência doméstica referem com mais frequência: Psicológicos (90%), Físicos (74%), Económicos (37%) e Sexuais (14%).

O agressor é, na grande maioria das situações (70%) o marido, seguindo-se o companheiro (15%).

5. 2. Crianças e Jovens

O público-alvo crianças e jovens inclui aqueles cujas acções de sensibilização e prevenção da violência doméstica se dirigiram. Na sua maioria pertenciam ao Agrupamento Escolar de Baguim do Monte, junto do qual foi desenvolvido o “Programa de Prevenção da Violência e Promoção de Relações Saudáveis” mas também a outros: Escola Profissional de Vouzela (Viseu); Externato Ribadouro (Porto); Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto); Escola EB2,3 de Leça do Balio e Universidade Católica.

Foram, assim, grupos diferenciados de crianças e jovens de contextos escolares e geográficos diferenciados e também de diversas idades (desde o Jardim Infantil ao 12º ano).

5. 3. Profissionais

O grupo de profissionais abrangido pelo Projecto IMAN estendeu-se às(aos) profissionais de educação, serviço social, psicologia, entidades policiais. Supra foram enunciadas as sessões de trabalho com as(os) docentes do Agrupamento Escolar de Baguim do Monte. Para além destas (es) de referir as(os) técnicas(os) que estiveram presentes ao longo das sessões de sensibilização e/ou junto dos quais trabalhamos em parceria ao longo de todo o Projecto e perante (as)os quais, houve a preocupação face à necessidade de (as)os sensibilizar para o significado e dinâmicas da violência exercida face às mulheres em contexto doméstico.

5.4 Público em Geral

O público em geral ao qual se dirigiram diferentes acções do Projecto IMAN reporta-se a todas(os) aquelas(es) que estiveram presentes, quer ao longo das sessões de sensibilização, quer no debate organizado e acções divulgadas à

imprensa. Incluem-se ainda neste grupo as pessoas presentes nas sessões solicitadas pelas instituições locais.

6. PARCERIAS DO PROJECTO

O estabelecimento de uma rede de parceiros mostrou-se fulcral para o desenrolar do Projecto IMAN, de acordo com uma intervenção pluri-institucional no fenómeno da violência doméstica. O trabalho com outras instituições envolvidas directa ou indirectamente na intervenção junto do fenómeno da violência doméstica constituiu-se, assim, como um pilar constante do Projecto IMAN. O contacto com as entidades parceiras foi transversal a todas as vertentes do Projecto, desde o atendimento, à vertente da sensibilização e prevenção primária e do estudo jurídico, reflectindo-se ainda nos momentos de preparação teórico-prática da equipa técnica.

Apresentam-se de seguidas os parceiros do Projecto IMAN, assim como as principais valências em que actuámos conjuntamente:

PARCERIAS DO PROJECTO	
CIDM - Delegação Norte	- encaminhamento de utentes para atendimento (através do Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica e atendimento na Delegação); - preparação teórico-prática da equipa técnica
AMI- Assistência Médica Internacional Centro Porta Amiga	- encaminhamento de utentes do Projecto de IMAN para atribuição dos apoios disponibilizados pela AMI (alimentação, medicamentos, etc.)
Linha de Emergência Social - Linha 144	- encaminhamento de utentes para o IMAN; acolhimento (em situações de emergência/risco)
Departamento de Investigação	- encaminhamento de utentes para

Criminal do Porto	apresentação de queixa
Segurança Social (Centro Distrital; Serviço de Acção Social; Serviços Locais)	- encaminhamento de utentes para o IMAN; articulação com os serviços locais para acompanhamento social à mulher
Casas-Abrigo	- encaminhamento/acolhimento de mulheres vítimas e seus filhos
Agrupamento Escolar de Baguim do Monte (Gondomar)	- sensibilização e prevenção primária (junto de professoras(es) e alunas(os))
Escola EB 2,3 de Leça do Balio (Matosinhos)	- sensibilização e prevenção primária (junto de alunas(os))
Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto)	- sensibilização e prevenção primária (junto de alunas(os))
Escola Profissional de Vouzela (Viseu)	- sensibilização e prevenção primária (junto de alunas(os))
Externato Ribadouro (Porto)	- sensibilização e prevenção primária (junto de alunas(os))
CAFAP- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (Centro Social de Miragaia)	- sensibilização e prevenção primária (junto de utentes do CAFAP); - encaminhamento de utentes para atendimento pelo IMAN
Universidade Católica	- sensibilização e prevenção primária junto de alunas(os)
Cerci-Espinho - Centro Comunitário de Ponte de Anta	- sensibilização e prevenção primária junto de utentes do Rendimento Social de Inserção; - encaminhamento de mulheres para atendimento pelo IMAN
Ordem dos Advogados do Porto	- estudo sobre legislação;
Instituto da Segurança Social e Solidariedade- Centro Distrital Porto - Serviços de Apoio Judiciário	- encaminhamento de utentes (envio de requerimento de protecção judiciária)
Juízos Criminais e Varas Criminais da Comarca do Porto	- estudo sobre legislação

Instituto de Medicina Legal	<ul style="list-style-type: none"> - encaminhamento de utentes para perícia médico-legal; - preparação teórico-prática da equipa técnica
Hospitais (S. João; Santo António; Augusto Santos Silva; Hospital Militar; Instituto Português de Oncologia do Porto)	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamento de utentes para o IMAN; - articulação com os serviços sociais do Hospital no âmbito do acompanhamento à utente; - contacto com os profissionais de saúde no âmbito do acompanhamento a cada caso (p.e. psiquiatria; oncologia,...)
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	<ul style="list-style-type: none"> - apresentação do Projecto IMAN - articulação ao nível do Pelouro da Habitação e Acção Social
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto; Gabinete de Estudos e Apoio à Vítima	<ul style="list-style-type: none"> - preparação teórico-prática da equipa; - encaminhamento de agressores para o GEAV; - encaminhamento de utentes para terapia de casal e psicoterapia
PAFAC-Projecto de Apoio à Família e à Criança	<ul style="list-style-type: none"> - encaminhamento de mulheres para atendimento pelo IMAN; - articulação no âmbito do acompanhamento à utente e seus filhos menores
Comissões de Protecção de Crianças e Jovens	<ul style="list-style-type: none"> - encaminhamento de mulheres para atendimento pelo IMAN; - sinalização e articulação no âmbito do acompanhamento à utente e seus filhos menores
APAV- Associação Portuguesa de	<ul style="list-style-type: none"> - encaminhamento de utentes

Apoio à Vítima	
Guarda Nacional Republicana	<ul style="list-style-type: none"> - encaminhamento de utentes para atendimento pelo IMAN; - encaminhamento de utentes para apresentação de queixa
Polícia de Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none"> - encaminhamento de utentes para atendimento pelo IMAN; - encaminhamento de utentes para apresentação de queixa
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - encaminhamento de utentes para atendimento pelo IMAN; - articulação no âmbito do acompanhamento à utente, nomeadamente ao nível da Habitação Social
ADM Estrela Guarda	<ul style="list-style-type: none"> - cedência de espaço físico
Ordem dos Advogados Guarda	<ul style="list-style-type: none"> - protocolo de encaminhamento de utentes da OA para atendimento; - protocolo de encaminhamento do IMAN para OA, para consulta jurídica
PSP - Guarda	<ul style="list-style-type: none"> - apresentação do Projecto IMAN e etapas de realização na Guarda; - estabelecimento de parceria para encaminhamento de mulheres para atendimento pelo IMAN
Direcção regional de saúde da Guarda Serviços de Saúde (Hospital; Centros de Saúde)	<ul style="list-style-type: none"> - apresentação do Projecto IMAN e etapas de realização na Guarda; - estabelecimento de parceria para encaminhamento de mulheres para atendimento pelo IMAN
Comissão de Protecção de Menores	<ul style="list-style-type: none"> - apresentação do Projecto IMAN e

da Guarda;	etapas de realização na Guarda; <ul style="list-style-type: none"> - estabelecimento de parceria para encaminhamento de mulheres para atendimento pelo IMAN; - estabelecimento de parceria para articulação no âmbito do acompanhamento às mulheres e seus filhos menores
Direcção regional de educação Escolas e Instituto Politécnico da Guarda	- estabelecimento de parceria para realização de sessões de sensibilização e prevenção primária
Federação Nacional das Associações de Pais do Distrito da Guarda	- estabelecimento de parceria para realização de sessões de sensibilização e prevenção primária

7. NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHOS CRIADOS

O Projecto IMAN teve na sua constituição uma equipa pluridisciplinar que procurou apropriar-se do carácter dialéctico da realidade em torno do fenómeno da violência doméstica, integrando as valências do direito, psicologia e serviço social, tal como surge recomendado no *Decreto-Lei n.º 323/2000*.

Assim, o número total de postos de trabalho criados foi de 6, incluindo

trabalhadores dependentes e independentes:

Trabalhadores Dependentes (contratos)
1 Coordenadora/Assistente Social ¹⁰
2 Psicólogas (uma no Porto, outra na Guarda)
1 Administrativa
Trabalhadores Independentes (avenças)
2 Juristas
1 Técnico Oficial de Contas

8. AVALIAÇÃO DOS RECURSOS FACE AOS RESULTADOS

A criação de um espaço físico de atendimento, apoio e reencaminhamento especializado das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a sua protecção e autonomia, mostrou-se fundamental para o desenrolar do Projecto IMAN. O Centro de atendimento, localizado num local central na cidade do Porto, estava equipado fisicamente para um adequado atendimento, quer pela existência de salas específicas, quer porque havia um espaço de espera para a utente e seus filhos, com algum material infantil e pedagógico. A centralidade do local permitiu que as mulheres encontrassem a confidencialidade, muitas vezes negligenciada na escolha da localização dos Centros de Atendimento.

A possibilidade de ter, nas fileiras da equipa do IMAN, técnicos de diferentes áreas de formação profissional mostrou-se bastante enriquecedora na pluridisciplinariedade que caracterizou a intervenção junto da mulher vítima de violência doméstica.

Sentimos algumas limitações, ao nível técnico, no desenrolar do trabalho de sensibilização e prevenção, daí o auxílio a uma equipa de voluntárias(os) do Projecto IMAN.

¹⁰ Posteriormente substituída por Coordenadora/Psicóloga

9. CONCLUSÕES

O apoio financeiro e técnico proporcionado pela Pequena Subvenção à UMAR, através do Projecto IMAN, permitiu concretizar uma intervenção mais sistemática, continuada e persistente nesta temática em que as vítimas se encontram, por vezes, em situação de grande fragilidade, contribuindo assim para reforçar a capacidade de participação das mulheres na cidadania, incluindo a sua actividade económica e social. A Pequena Subvenção possibilitou a contratação de uma equipa técnica especializada e interdisciplinar que levou a cabo um trabalho profissional que, em articulação com as parcerias, concretizou percursos de saída da vitimação e de re/encontro de autonomia às vítimas de violência doméstica e seus agregados familiares.

Foi possível através do Projecto IMAN, uma intervenção abrangente, adequada e de qualidade, com impactos seguros e, cremos, perenes, no que se refere à mudança social em termos das concepções e mentalidades sobre a violência doméstica, mas sobretudo na melhoria da qualidade de vida das vítimas e suas famílias.

A realização de acções de sensibilização e acções públicas do Projecto IMAN consistiu num “palco” privilegiado para a informação sobre o significado da violência exercida contra as mulheres, assim como para a percepção das representações que diferentes profissionais e público geral possuem nos seus contextos profissionais e de vida.

O estudo sobre legislação, pensamos, foi um marco na caracterização da realidade da aplicação concreta da legislação em vigor, em especial quanto à sua eficácia na defesa dos direitos das vítimas, equacionamento das boas práticas e proporcionar da divulgação junto dos profissionais do Direito e não só.

Ao nível da prevenção da violência, o Projecto deu um importante passo na construção de material e sessões direccionadas para um público-alvo específico – crianças e jovens -, permitindo a sua aplicação em contexto escolar, sensibilizando para as questões da violência doméstica e de promoção de cidadania.

